398

O MUNDO PORTUGUÊS

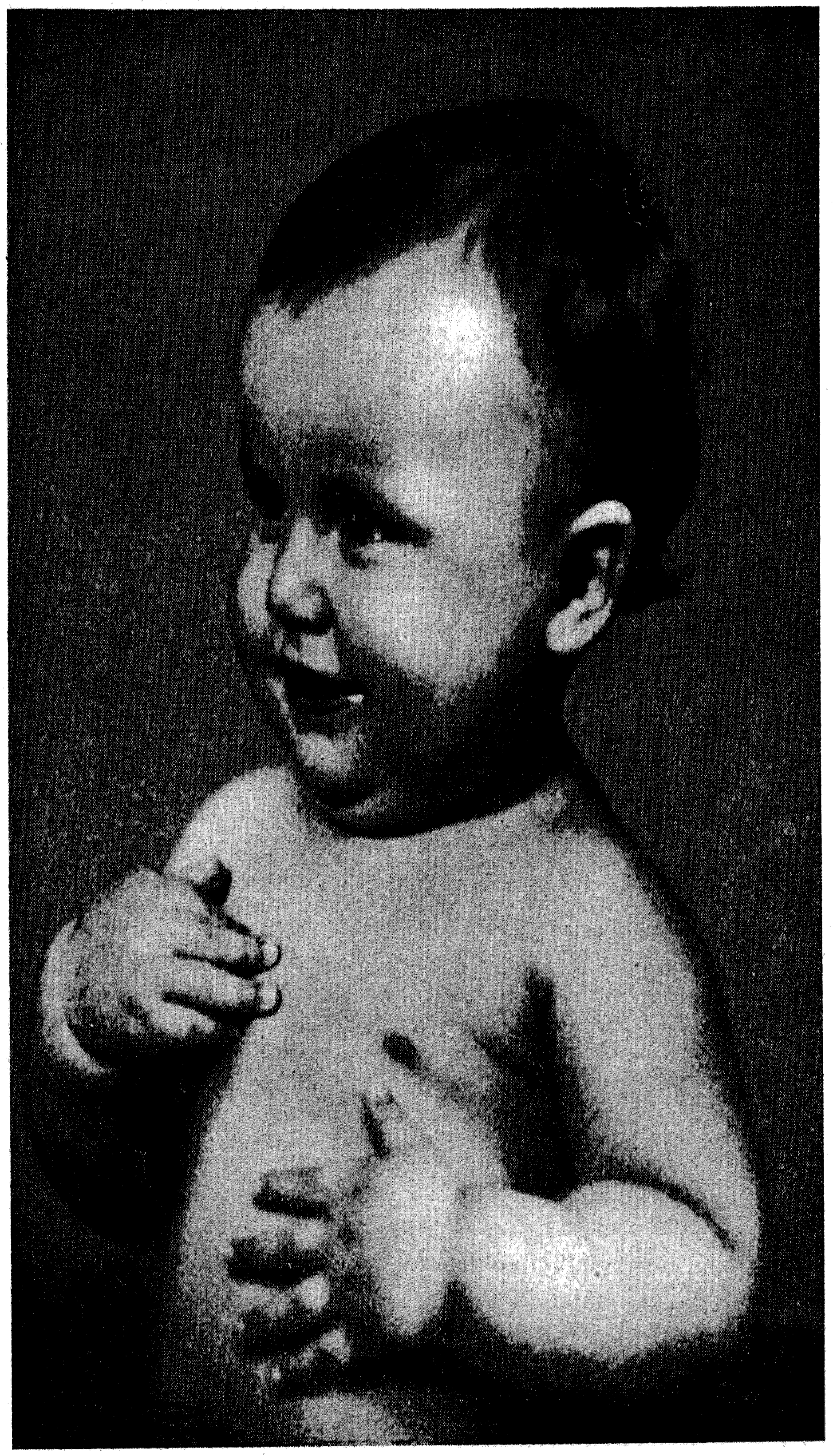
anunciа à
mocidade escolar que
vai lançar a idea dos

Cruzeiros de Férias às Colónias

GOA UNIVERSITY LIBRARY NG
This book is

No próximo número especial de Julho e Agosto, dedicado à 1.ª EXPOSIÇÃO COLONIAL PORTUGUESA, será publicado um artigo sôbre o

1.º Cruzeiro Colonial de 1935



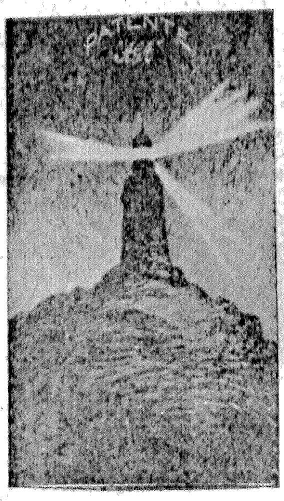
Para mim, só...

FARINHA NESTLÉ

SOCIEDADE COMERCIAL
A. FREITAS & GAMEIRO, LDA.
E N G E N H A R I A

ARMAMENTO E MUNIÇÕES
MATERIAL AERONÁUTICO

Instrumentos científicos
Canhões
Metralhadoras
Morteiros
Espingardas
Pistolas
Carros blindados
Material de transporte



Faróis
Farolins
Bóias e Tôrres para sinalização
Terrestre
Marítima
e Aérea
Navios
Máquinas
e Motores

MÁSCARAS DE PROTECÇÃO
CONTRA FUMOS, GAZ E
OUTROS PRODUTOS TÓXICOS

SEDE SOCIAL - RUA DO ARSENAL, 148 - 2.º
TELEF. 26245 - LISBOA - TELEG. TORPEDO

FUNDADO EM 1921

TELEFONE 182
VISEU

GRANDE Colégio Português

EDUCAÇÃO DE MENINAS

ENSINO PRIMÁRIO, SECUNDÁRIO, TRABALHOS E PIANO

Instalações higiénicas e confortáveis no melhor local de Vizeu

Alimentação abundante e esmerada

Foi louvado pelo Govêrno da Rèpública e publicado no «Diário do Govêrno», teve a medalha de ouro no IV Congresso Beirão pelos bons e perfeitos trabalhos expostos, ultimamente com a visita dos Ex.mos Ministros foi condecorado com o

GRAU DE CAVALEIRO DA ORDEM DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Pedir programas à Directora:
DELFINA AMARAL BALULA CID

INTERNATO E EXTERNATO

LARGO DE S. SEBASTIÃO

Quintino & Filhos,
L I M I T A D A

◆

Exportação de frutas verdes e secas para o Brasil, Inglaterra, Alemanha, Holanda e Dinamarca

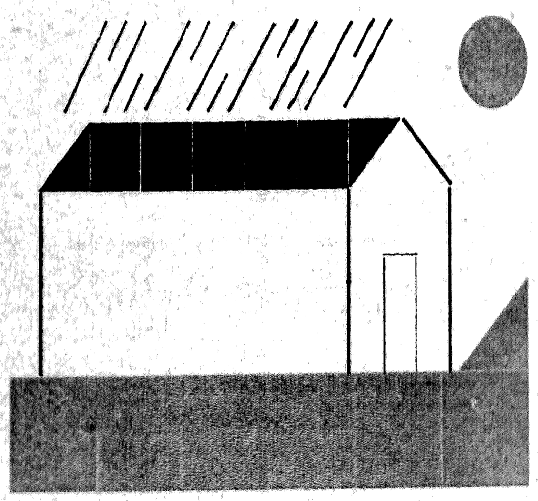
A Z E I T E S

◆

TELEGRAMAS: QUINTINOS
Vila Franca de Xira (Portugal)

DIZIA HÁ DIAS

UM DOS NOSSOS MAIS ILUSTRES ENGENHEIROS QUE VIVEU MUITOS ANOS NAS COLÓNIAS:



«Só quem como eu viveu em Angola em casas construídas com fibro-cimento é que sabe apreciar as vantagens dêste material que nos preserva do calôr e do frio»

Fibro-Cimento «LUSALITE»

é um material **leve, resistente, incombustível.** // Preserva do calôr no verão, do frio no inverno. // Resiste à humidade e aos insectos

A sua duração **é ilimitada.**

Para o Continente e para as Colónias deve ser preferido em tôdas as construcções, quer para telhados em chapas onduladas, quer para tectos e revestimentos interiores em chapas lisas.

Chapas lisas desde 8$00 o metro ^{2}

Chapas onduladas desde 15$00 cada

Tubagem em Fibro-Cimento

desde 50 a 400 m/m de diâmetro interior. Resistência de 6, 12 e 25 kg por cm^2 de prova

DEPOSITÁRIOS GERAIS

Corporação Mercantil Portuguesa, Lda.

Rua do Alecrim, 10 / Teleg. Fibrocimento Lisboa / Telef. 23948-28941

NO PORTO

Abecassis (Irmãos) Buzaglos & C.ª - Rua 31 de Janeiro, 15

J. Bielman, Sucrs. - Galeria de Paris, 42

José Pinto de Magalhães & C.ª - Rua do Almada, 29

CASA QUINTÃO

DEPOSITÁRIA DA FÁBRICA DE

TAPETES BEIRIZ

FAIANÇAS E MOBÍLIAS PORTUGUESAS

RUA IVENS, 32

LISBOA

Perutz

Películas, chapas e bobines para a Leica e Contax. Emulsões rápidas, pancromáticas e ortocromáticas. Sem grão e sem filtro. Leica, Contax e todos os acessórios. Trabalhos de amadores Remetem-se catálogos.

ROIZ, LDA.

82, R. NOVA DO ALMADA, 84

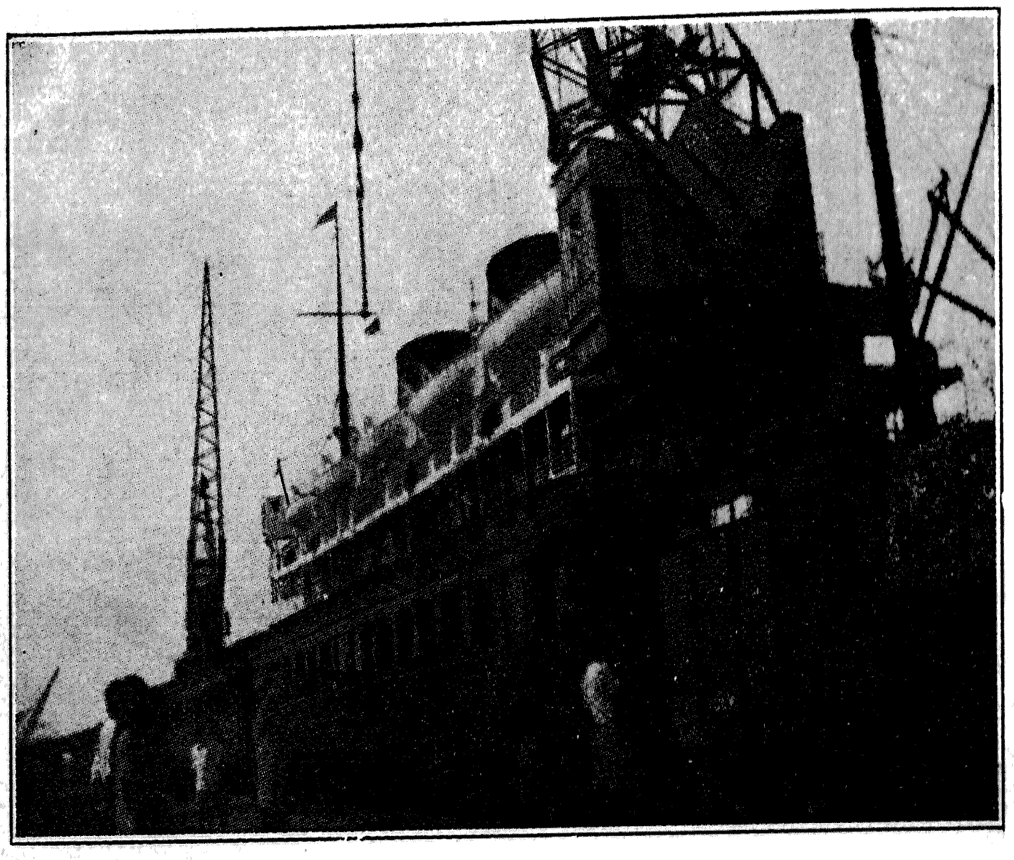
TELEFONE 2 4670 - LISBOA

COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE

"

TERRITÓRIO DE MANICA E SOFALA

ÁFRICA ORIENTAL PORTUGUESA :: CAPITAL BEIRA



O PORTO DA BEIRA EM 1934

PARA INFORMAÇÕES:

EM LISBOA

Largo da Biblioteca Pública, 11

(Séde da Companhia)

NA BEIRA

Secretaria Geral do Govêrno

do Território

COMPANHIA CIMENTO

TEJO

AV. DAS NAÇÕES ALIADAS, 20, 3.º - PORTO

As mais altas resistências

Especialmente recomendado para

obras hidráulicas e de cimento armado

Premiado em várias exposições

Empreza de Sacos de Papel

LIMITADA

TELEFONE 24411

A mais antiga Fábrica de

Sacos de Papel

ARMAZEM DE PAPELARIA

Novas instalações

5-LARGO DE S. MARTINHO-7

(Em frente do Limoeiro)

LISBOA

APARELHOS
DE TELEFONIA

PARA

TODOS OS PREÇOS
TODAS AS ONDAS
TODAS AS CORRENTES

SOCIEDADE IBÉRICA DE CONSTRUÇÕES ELECTRICAS, LIMITADA

PRAÇA LUIZ DE CAMOES, 36, 2.º - LISBOA

REVISTA DE CULTURA E PROPAGANDA
ARTE E LITERATURA COLONIAIS

O MUNDO PORTUGUÊS

DIRECTOR: AUGUSTO CUNHA

EDIÇÃO DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS E DO SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL

SUMÁRIO

Os três Chefes do Império	João Ameal
Poemas Coloniais. I Reisebilder	Alberto Osório de Castro
Campanha do Chire	João de Azevedo Coutinho
No Império Português ensina-se a falar a língua de Portugal...	Hugo Rocha
4 retratos àquem dos retratados	Eduardo Malta
Inimigos da Colonização. Discurso de S. Ex.ª o Sr. Ministro das Colónias	Doutor Armindo Monteiro
Arte indígena. IV Moçambique	Diogo de Macedo

Número 5 — Maio de 1934 — Volume I

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS
RUA DA PRATA, 34 // LISBOA // TELEFONES 20651 - 20652

//

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(In... o)

	6 meses	12 meses
Continente e Ilhas adj...	17$00	32$00
Colónias Portuguesas ...	23$00	45$00
Estrangeiro, Índia, Ma...	50$00	100$00

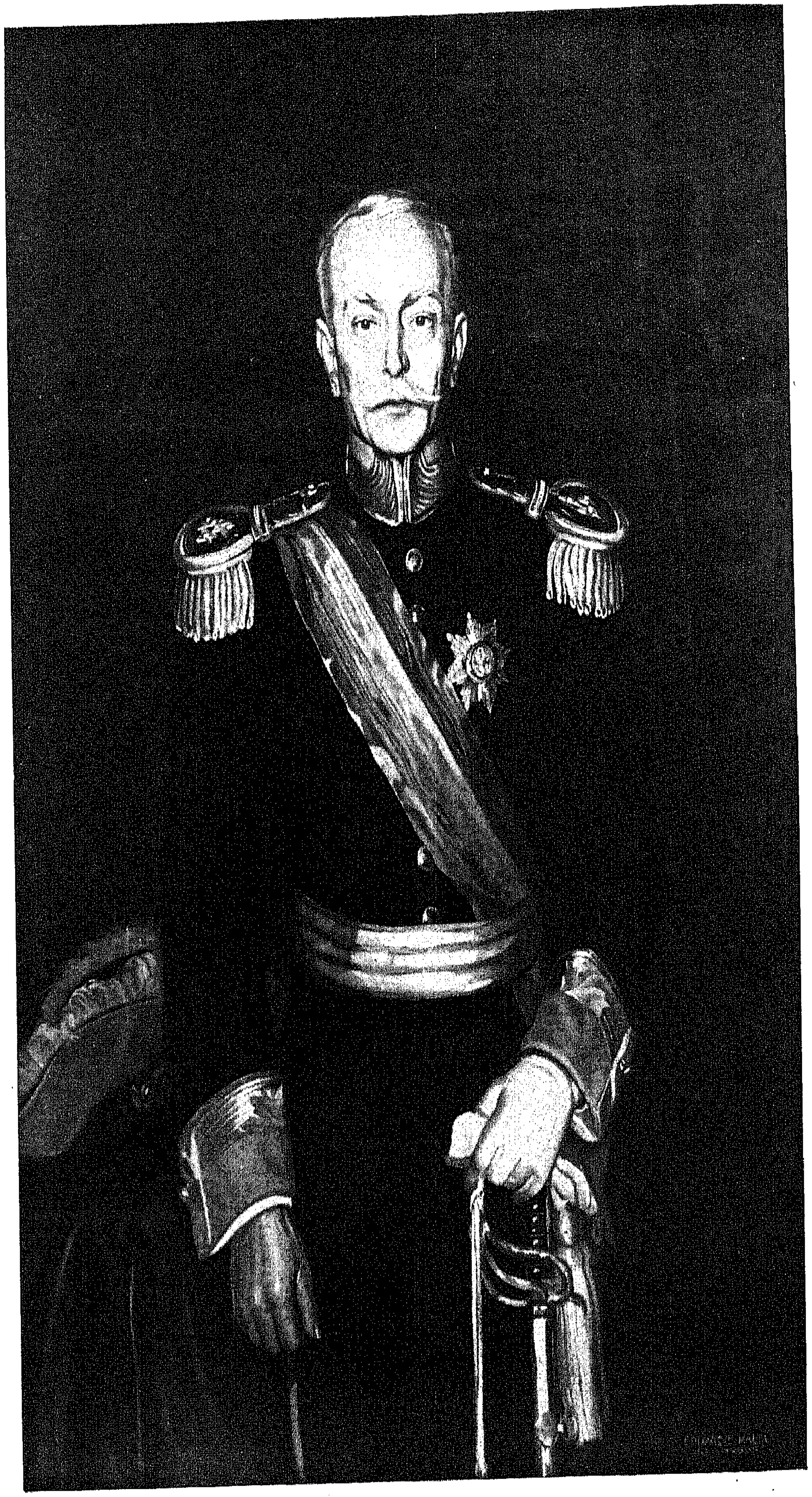
TIRAGEM ESPECIAL

em papel Manchester Ledger e couché Chelsea
Numerada de 1 a 40 e rubricada pelo Director.

	6 meses	12 meses
Continente e Ilhas adjacentes	55$00	100$00
Colónias Portuguesas de África	65$00	120$00
Estrangeiro, Índia, Macau e Timor	100$00	200$00

Custo de cada exemplar 10$00

Comp. e Impr. - Sociedade Industrial de Tipografia Limitada - Rua Almirante Pessanha, 5 - ao Carmo
L I S B O A



Óleo de Eduardo Malta — General Óscar Carmona — Presidente da República Portuguesa

OS TRÊS CHEFES

DO IMPÉRIO

NA abertura dêste número especial, consagrado à primeira grande Exposição Colonial Portuguesa —julgamos indispensável traçar, em breves palavras de oportuna homenagem, os perfis dos três chefes que personificam, aos olhos de todos nós, a idea, a garantia e a continuidade histórica do Império.

A Nação portuguesa, fiel às suas mais nobres e profundas tradições, e entregue a um ciclo novo de construção, de progresso e de grandeza—não pode viver a hora do renascimento apenas apoiada em fórmulas abstractas. As suas aspirações não devem restringir-se a frias e platónicas directrizes intelectuais. Não convém aos seus destinos o simples enunciado

dos princípios condutores, e até mesmo não basta que sejam estabelecidas nas leis as bases do edifício novo. É preciso que o ideal português se encarne naqueles que têm por missão orientá-lo, valorizá-lo, realizá-lo. Mal vai aos povos cujos chefes não são os melhores intérpretes e executores do mandato espiritual colectivo! «A fé sem obras é morta»—dizia o Apóstolo. Sem obras vivas, que dêem alma, corpo e movimento aos impulsos da nossa vocação imperial—resultaria morta a fé que nos anima. E o nosso impulso naufragaria sem glória.

Existem, porém, os chefes. Todo Portugal o sente. Marcar-lhes os nomes, saudá-los com respeito sincero —é apenas sublinhar, firmemente, quanto lhes devemos e quanto esperamos da sua acção reformadora e renovadora.

*

* *

Antes de ninguém, há que salientar a figura notável do Sr. General Carmona, Presidente da República. Na origem do imenso ardor construtivo que inspira hoje os portugueses, está, sem dúvida alguma, o espírito nacionalista da Revolução de 28 de Maio—em que o Exército, obediente ao imperativo da consciência colectiva, e ao seu dever de protector e defensor da Pátria,

afastou do Poder os elementos da ruína e do fratricídio, os saltimbancos parlamentares e os aventureiros dos partidos—para impôr ao país um rumo novo de reconstituição, de ordenação e de engrandecimento.

O Sr. General Carmona—que estava entre os mais altos e representativos percursores da Revolução de 28 de Maio—soube tornar-se, na suprema magistratura da Nação, o seu mais puro expoente, o seu símbolo integral. Alheio a facções e a intrigas, unindo uma clarividência inteligente a uma firmeza sem quebras, nitidamente dominado pelo sonho de restituir a Nação aos seus caminhos tradicionais de esplendor, de unidade e de fôrça—o Chefe do Estado, que é, portanto (e não o esquece!) o Chefe do Império, tem pôsto o melhor esfôrço e a melhor tenacidade ao serviço do ideal português da era nova. Sente-se sempre que, através da marcha por vezes difícil, e complexa, da jornada empreendida, o ilumina um sonho altíssimo de nacionalismo e de resgate. O seu prestígio militar e nacional assegura e unifica tôda a vasta emprêsa que, de há oito anos até hoje, se tem desenvolvido, no sentido de dar a Portugal, novamente, o seu vigor e a sua glória histórica.

Quando, no futuro, se quiser dar numa só imagem êste período formidável da vida portuguesa, o vulto do Sr. General Carmona será, na memória grata da raça, essa imagem sintética e definitiva.

Depois do Chefe do Estado, o Chefe do Govêrno, o doutrinador perfeito do «30 de Julho», o animador e cristalizador da ansiedade portuguesa, o homem em quem se concentra hoje tôda a essência moral do Estado Novo, o guia das modernas correntes do pensamento da restauração nacional: Salazar.

Junto à sua cruzada financeira, administrativa, social e política — andou sempre, e anda sempre, a intenção fundamental do ressurgimento do Império. Os princípios que formulou, e formula, a cada passo, e nos quais se ouvem as palavras de comando ao largo exército em marcha do Portugal moderno — incluem, evidentemente, o apêlo à Nação descobridora e evangelizadora, cujo esfôrço no passado deve ser o penhor dos esforços no futuro e à qual compete organizar e consolidar o enorme património territorial adquirido. No seu discurso de abertura à Conferência Imperial de 1933, encontra-se esta passagem, que resume, com a sua lapidar sobriedade habitual, os objectivos que se oferecem, agora, dentro do campo colonial, às diligências governativas:

«*É, na verdade, com o mesmo critério de nação, agregado social diferenciado, independente, soberano, estatuindo, como entende, a divisão e organização do seu território, sem distinções de situação geográfica, que nós consideramos, administramos, dirigimos as colónias portuguesas. Tal qual como o Minho e a Beira, é, sob a autoridade única do Estado, Angola ou Moçambique ou a Índia. Somos uma unidade jurídica e política, e desejamos caminhar para uma unidade económica, tanto quanto possível completa e perfeita, pelo desenvolvimento da produção e intensa permuta das matérias primas, dos géneros alimentícios e dos produtos manufacturados entre umas e outras partes dêste todo...*»

O Império é uno; tôdas as possessões portuguesas se integram na sua unidade primacial — eis o resumo do plano de Salazar. Por ter desta maneira compreendido e exprimido a vontade da Nação e o seu mais substancial mandamento imperialista — o chefe do Govêrno merece ser considerado, também no que se refere à política colonial, um dos maiores e mais lúcidos obreiros da reconstrução integral da Pátria.

*

* *

Resta-nos citar o Sr. Dr. Armindo Monteiro, o grande e admirável realizador da política integradora e unificadora do Império.

«*No Ultramar está o verdadeiro ideal português*» — definiu, com magistral eloqüência, a eloqüência dos gran-

des realistas — «*Para as Colónias nos empurra uma história gloriosa; para elas nos leva o espírito de poesia e de aventura da raça; para lá nos chamam eloquentes promessas de grandes realizações. Para as Colónias temos de dirigir, devagar, mas persistentemeute, a nossa vida. Elas podem-nos dar tudo — desde o orgulho colectivo, que faz grandes os povos, até à certeza do trabalho, à glória das realizações, à riqueza, ao bem-estar e à fôrça,*

Tôda a sua obra de Ministro das Colónias — um dos mais conscientes e dos mais completos que temos possuido — é condicionada e impulsionada por êste grandioso propósito. As suas admiráveis reformas, ou sejam de carácter político, ou de carácter administrativo — são outros tantos monumentos duma acção contínua, ampla, harmoniosa, digamos até: *arquitectural,* onde se vislumbra já, em conjunto, a grandeza e a solidez da formidável construção em marcha,

Ninguém melhor soube compenetrar-se da noção do Império, da sua viabilidade, do equilibrio dos seus elementos constitutivos, do seu conteúdo espiritual e político. Prestando o nosso mais rendido preito ao Sr. Dr. Armindo Monteiro e juntando o seu nome aos do Chefe do Estado e do Chefe do Govêrno que, com êle, formam a TRILOGIA DE CHEFES DO IMPÉRIO PORTUGUÊS, terminaremos pela transcrição dos períodos do seu discurso magnífico de 1932, na Sociedade de Geografia, onde traçou, em linhas fulgurantes, a legenda perfeita das nossas altas directrizes imperiais:

«*Portugal pode ser apenas uma nação que possui colónias — ou pode ser um Império. Êste será a realidade espiritual de que as colónias sejam a corporização. A par da extensão territorial, o Império resulta, sobretudo, duma mentalidade particular. Funda-se esta, essencialmente, na certeza que a nação possui do valor da obra que já realizou, na vontade de a prosseguir ininterruptamente, na convicção de que pode prossegui-la, vencendo tôdas as dificuldades — porque é êsse o seu direito.*»

. . . .

«*Eu julgo que êsse espírito imperial não nos falta já e que é por êle que, acima de tudo, nós somos um Império e que, em cada dia novo, o seremos de modo mais intenso e mais perfeito.*»

J O Ã O   A M E A L

OS POEMAS COLONIAIS

DE: ALBERTO OSÓRIO DE CASTRO

I

REISEBILDER

À memória do escritor
José Pereira de Sampaio (Bruno)

No sertão africano,
Ao terrível silêncio do luar,
Sente-se o nada do que é humano;
Um frémito de horror, ténue, passar...

*

Talvez em volta os liões.
Não se ouve um só ruído
Nas vagas solidões:
Asa aflando, ou rugido.

*

Mar morto. Um céu fervente, que atordoa.
É uma caudal de lava em calmaria.
Num relâmpago freme a luz sombria...
Ruge a Serra Lioa.

*

Monte Sinaí, como uma sarça ardente,
Incenso e mirra que o Deserto expira!
Ó golfo de Suês, Portas do Oriente,
Excavadas num bloco de safira!

Longe, na luz, troveja o Guardafui...
Abd-el-Kúria, na trémula miragem...
Tôda a tristeza de Camões reflui
Da aspérrima paragem.

*

Espuma a boca imersa de coral.
E flutuam, na pálida saliva,
Fino palmar, branco farol, róseo areal.
É Minicoi, a pequena Maldiva.

*

Ceilão, lótus vermelho,
Paraíso perdido!
Ilha de luz sôbre o vírido espelho
Do mar florido.

*

Flores de Púlu Weh, na costa Achem,
Não vos esqueço mais.
Praias paradisíacas que têm
Ondas de chamas a rolar corais.

*

Ainda agora me extasia e embriaga
Essa doirada, deslumbrante laca.
Amanhecia em frente de Malaca.
Doirado o céu, doirada a luz, doirada a vaga.

*

Tarde de malaquite, em Singapura.
Esvai-se tôda em luz a infinda tarde.
É uma impressão em tudo de verdura.
A água é verde, e todo o céu que arde.

*

É um meio-dia que aniquila.
Dorme Batávia a sesta. E cega a vista,
Lento, a rojar-se, o Tchi-Livong. Ao sol cintila.
É um longo píton-ametista.

As amhérstias em flor são de rubis,
De sangue quente.
Gemas com vida os bengalis.
Rebrilham no fulgor vermelho e ardente.

*

Céus da Insulíndia, como gazas preciosas,
Suavíssimos setins,
Sedas hieráticas maravilhosas
De Imperatrizes chins.
Não te esquecerei mais, nem na agonia,
Vulcão de Sangheang!
Tarde como uma orquídea que floria,
Como dança de luz e pedraria
De aves-do-Paraíso, a um sol de sangue!

*

E eis-te no fim do mundo,
Costa verde e vermelha de Timor!
Mas que divina, extraordinária côr,
A do teu céu, a do teu mar profundo!

*

É de oiro a manhã de Díli.
Trila tão lindo o «corlíli»
Na frescura das ribeiras.
Murmura perpètuamente
A verde sombra fremente
Das gaboeiras.

*

As «cacôacs», de alegria,
Animam a ramaria.
Quási se afoga e desmaia
Na doçura langorosa
Da flôr pálida e nervosa
Da papaia.

Têem formas peregrinas
Os curvos túmulos chinas
Nesse estranho val de idílio.
Sonho diverso da morte
Também sente a amarga sorte
Do exílio?

*

E hei-de inda ver-vos, virida Ternate,
Molucas, vosso céu de claridade.
Ó vulcão de Tidor, vítreo e escarlate
No nocturno verdor de um mar de jade!

Em viagem, de Outubro de 1907 a Janeiro de 1908.

CAMPANHA DO CHIRE

1889

TOMADO Chilomo em meados de Novembro de 1889, e instalado Serpa Pinto com a sua expedição em «Vila Coutinho», reconheceu que a sua missão científica e pacífica, — estudar o traçado para um caminho de ferro — não mais tinha razão de ser. Nomeando-me governador militar do Chire encarregou-me de ocupar as duas margens do rio, que sempre considerámos portuguesas, e determinou que, dentro de poucos dias, marchasse com uma coluna, que passei logo a organizar e de que assumi o comando.

Entretanto fortificavamos Chilomo e repousavamos um pouco das canseiras e trabalhos havidos até então, ficando os brancos instalados em magníficas palhotas que se haviam encontrado na grande povoação.

À hora do calor, com o sol alto, como é usual em África, em que as madrugadas são aproveitadas, quási todos os brancos dormiam algum tempo.

O engenheiro Temudo, excelente e estimado companheiro que em 1896 pela última vez, quando comandava o «Salvador Correia», encontrei em Angola, era dos que mais conscienciosa e pontualmente se entregavam às delícias da *sesta*. Logo que acabava o almôço, metia-se na palhota e deitava-se na cama de campanha, que lògicamente, fazia arrumar para o lado menos exposto ao sol. Algumas das palhotas grandes, eram cercadas por uma varanda circular, coberta pelo seu próprio tecto de colmo e tinham o chão endurecido e mais elevado que o sólo, para evitar a entrada da água para dentro delas.

De uma manada de bois que Serpa Pinto adquirira para serem abatidos, dando carne para os brancos, e de vez em quando como grande regalo *quissau* para os pretos, restavam ainda alguns animais que, impedidos de sair para a vizinha floresta onde se extraviariam, vagueavam no acampamento; quando apertados pelas moscas e calor, acolhiam-se também pelas sombras, descobrindo uns o fresco relativo das varandas nelas se instalavam, ficando outros por pé das árvores.

Um houve que manifestou predilecção pela varanda de Temudo, mas ao enfiar-se por debaixo do seu tecto para se acomodar, ou deitar-se encostado à frágil parede de colmo da palhota, fazia tal restolhada que lhe interrompia os sonos.

Temudo ficava como se pode supôr, mal humorado e gritando e... praguejando dentro da palhota, conseguia, em geral, assustar o animal que se afastava receoso e sem causar dano.

Um dia, porém, estando o seu único lençol de banho dependurado a enxugar na porta da palhota, o touro ao querer *arrumar-se* no seu pouso predilecto, enganchou o lençol fazendo-o cair, e deitando-se-lhe em cima deixou-o ficar indecorosamente, *pouco enxuto, pouco limpo e bastante mal cheiroso*...

Ficou o engenheiro furibundo com tal desacato e prometeu ensinar o inconveniente freguez das sombras da sua varanda.

Ao outro dia apareceu, de manhã, ainda mais mal humorado porque o *muchem* lhe entrára com o cano de uma das botas altas que habitualmente usava.

Depois do almôço, tendo recomendado ao moleque que amarrasse bem as toalhas que nesse dia haviam substituido o tão maltratado lençol de banho, foi deitar-se com ar de poucos amigos, levando consigo a haste de uma bandeirola dos trabalhos de campo, com a ponta ferrada bem aguda.

Acordado sùbitamente pelos incómodos e bem conhecidos distúrbios do seu *cornudo* vizinho, na varanda, levantou-se num pulo, e lançando mão da bandeirola, cravou-a, às mãos ambas, e com tôda a alma, na parede da palhota, a que presumira estava encostado o irreverente ruminante. Ouviu-se um som estranho que lhe pareceu metálico e assomando prontamente e triunfante à *cangarra* (porta da palhota), deparou, cheio de desgôsto, com o toiro *intacto*, e a certa distância, fitando desconfiado a sua rica banheira, que o moleque cuidadosamente encostára à parede da palhota para escorrer, e cujo fundo, êle próprio, havia ruidosa e desapiedadamente varado com a ponta aguda da bandeirola.

Quási que desmaiava!

E teve, ainda por cima do seu precalço, que aturar os gracejos de nós todos... e creio que até versos do Castelões...

Como Serpa Pinto e os seus auxiliares deveriam, logo que eu regressasse da minha campanha no Chire, voltar para Quelimane, Temudo lá se foi remediando com banheiras emprestadas, visto que os banhos no rio, mesmo que fôssem de apetecer,

o que não sucedia com aquelas águas turvas, eram ainda defesos pela abundância dos crocodilos no rio.

Ocorriam, no entretanto, vários episódios com os vapores ingleses que navegavam no Chire, enquanto estivemos acampados em Vila Coutinho (Chilomo) e que relato, pois alguns tiveram repercussão.

A tensão com a gente da «African Lakes» era grande, e Serpa Pinto defendia o princípio de que o Zambeze e seus afluentes, o Chire portanto, não eram rios internacionalizados, e que só a bandeira portuguesa se poderia mostrar nos barcos e vapores que os percorressem.

Um dia chegou-nos ao acampamento a mala da Europa. Conjuntamente vinha um saco fechado com a mala que costumava ser mandada de Quelimane para as missões e estabelecimentos ingleses de Blautyre, Zomba, e para o pessoal dos vapores «Lady Nyassa» e «John Moir», um dos quais habitualmente a ia buscar ao Vicente.

Os vapores ingleses depois dos acontecimentos de Mupassa e de Chilomo não tinham ainda tornado a navegar, e conservavam-se amarrados no alto Chire.

Guardavamos a mala inglesa em nossa mão em Chilomo, intacta é claro, havia 24 horas apenas, quando sùbitamente, quási ao anoitecer, se ouviu grande reboliço entre os pretos e se percebeu distintamente o bater na água das pás de uma roda de «Stern-Wheeler». Em breve se avistou a «Lady Nyassa» navegando rio abaixo.

Vim à margem do rio e por intermédio da guarnição da «Cherim» fiz dizer para bordo que atracassem o que logo fizeram. No spardeck do vapor estavam vários homens, entre os quais um de muita pequena estatura, pelo qual, no entanto, os seus companheiros visivelmente marcavam deferência e atenções.

Preguntou-me êste para a margem (estavamos a meia dúzia de braças de distância) o que pretendiamos dêles, e se era nossa intenção detê-los, ou mesmo aprisioná-los e que contra isso protestava.

Disse-lhe que não, que não havia qualquer motivo para tal, que apenas pretendiamos entregar-lhes a mala inglesa que estava em nosso poder, pois que a haviamos recebido na véspera, de Quelimane, que não havia razão nem justificação para suporem que pretendiamos exercer qualquer violência contra êles; mais lhe disse que pensava que procurando nós e êles servir o melhor que podiamos e sabiamos as nossas respectivas nações, não poderiamos nunca, na presença, de selvagens que nos observavam com curiosidade, quaisquer que fôssem as nossas divergências, deixar de mostrar aquela consideração devida a indivíduos da nossa raça, que só procuravam fazer o seu dever, nem esquecer processos correctos de cortezia e até de humanidade, entregando a mala do correio a quem de certo, longe da pátria anciosamente esperava notícias dos seus.

O meu interlocutor agradeceu amàvelmente as minhas palavras e o «Lady Nyassa» largou rio abaixo.

Algum tempo depois, em uma das suas publicações, o pequeno inglês com quem falára referia-se, contando o episódio, ao cavalheirismo português, e ao jovem *lieutenant* Coutinho. O pequeno inglês era o notável explorador, homem de ciência e de letras Sir Harry Johnston, um dos mais fecundos e ilustres escritores ingleses sôbre cousas africanas, mais tarde consul geral da Grã-Bretanha em Moçambique e comissário na Nyassaland que havia partido em 1888 para Blantyre e Niassa, para regular a situação e acalmar os árabes e homens da «African Lakes» que se guerreavam no lago e assegurar a vassalagem de alguns daqueles régulos que poderiam no Niassa e Chire ser considerados portugueses, indo ao encontro do vice-consul Buchanan, logo que as nossas reivindicações e a nossa ocupação de territórios na África Oriental marcaram maior actividade.

O «Lady Nyassa» com um bom piloto e com água já mais alta no Chire, navegou rio abaixo constando-nos que só amarrou já de noite.

Poucos dias passados, apareceu novo vapor descendo o Chire. Era o velho «John Moir» e êste trazia arvorado o pavilhão de comércio inglês. Por ordem de Serpa Pinto atraquei-o e expuz ao mestre que a navegação de barcos com bandeira estrangeira naqueles rios portugueses não era permitida. Interrompeu-me um sujeito baixo, moreno e vivo, tudo o que havia de menos britânico, de aspecto inteligente, e com um enorme capacete de tipo francês e extravagante indumentária.

Falou-me em máu inglês e *rolando* muito os rr: declarou-me ser o capitão da marinha mercante francesa Trivier, de Marselha creio, e que vinha de atravessar a África, acrescentando que não havia inconveniente — arriava-se a bandeira inglesa, mas içava-se a francesa. Retorqui-lhe que nem uma nem outra, e que só poderia içar se quizesse, a portuguesa...

Depois de trocadas mais algumas palavras percebi que êle não conhecia bem o que se passava, mas convenceu-se de que se cumpriria o que eu lhe afirmava e atracou o barco, pedindo-me para o apresentar a Serpa Pinto, a quem tinha empenho de conhecer, por saber que também havia atravessado África. Feita a apresentação, bebeu algum máu vinho, o que, segundo disse, havia muito tempo não fazia, e despediu-se para ir embarcar e seguir.

Estava então em terra, cozinhando para nós, o meu cozinheiro de bordo da «Cherim», que era muito melhor do que o do estado-maior da expedição, e com geito extraordinário, como sucede com a maioria dos cozinheiros negros, para operar milagres quási, sem recursos. Chamava-se o «Messire» mestre Tito.

Era êle um tipo popular entre tantos brancos que admiravam a sua culinária e que me obsequiavam, enquanto andei pela Zambézia, com a sua companhia a jantar ou almoçar.

Aires de Ornelas, mais tarde, havia de rir-se com gôsto dos ditos do Tito, e judiar com êle... como eu próprio fazia.

O Tito era coxo, e conhecido pelos pretos pela alcunha de «perna ôca», e um borracho de marca, avantajando-se mesmo entre os negros que tanto cultivam o consumo das bebidas de guerra.

Tudo era bom para êle beber, o máu era começar, porque então tudo lhe servia, alcool desnaturado, água de colónia, e até certo dia bebeu alcool em que Serpa Pinto fazia conservar uma «spira» cobra venenosíssima, parecida com as célebres «alcatifas», o que se descobriu quando, sentindo-se uma peste de cheiro na palhota onde ela estava arrecadada se foi dar com a cobra a apodrecer, em seco, dentro do frasco, e do caixote em que o major a tinha cautelosamente guardada com outros bicharôcos. Tito confessou a proeza...

Quando Trivier desembarcou, estava Tito numa das suas fases agudas de *etilismo* como hoje costumam chamar ao que antigamente se chamava *borracheira*.

Tinha eu como chefe dos moleques um preto já de uns trinta anos, muito barbado, e que havia sido criado de um gerente da casa Regis em Quelimane, que o levára de viagem a Madagascar e depois a Marselha onde se baptizára chamando-se Joseph Léon Louis Cassaïre, ao que êle acrescentava empavonado, *français de Marseille*, verdadeiro tipo do «Mozungo da Morrumbala» como os pretos chamam aos pretos baptizados que usam calças e se dão ares, porque na Serra da «Morrumbala» havia muitos macacos, e chamando só «Mozungo» aos brancos.

Léon e Tito haviam servido juntos e não se entendiam. Então, Tito, perfeitamente inofensivo e cómico, quanda bebia de mais, saía, às vezes, da cozinha empunhando um enorme facalhão e dizendo que ia cortar a cabeça do Léon a quem dirigia impropérios, mas quando se avistavam, cada um fugia para seu lado... com grande gaudio dos moleques pequenos.

Na ocasião em que Trivier estava com Serpa Pinto, bebendo o seu «chateau carrascão» como lhe chamava José de Paiva Raposo, saía Tito coxeando, armado com a competente faca de cozinha, seguido a respeitosa distância por um grupo de moleques pequenos, delirando com a cêna, e pondo-se à procura do Léon gritava-lhe o nome... Louis! Louis!... Ouviu-o Trivier com satisfação.

Sumindo-se o deambulante Tito apareceu em cêna o Joseph Léon, irrepreensívelmente vestido, de calças e chapéu, afastando-se por certo do ameaçador facalhão... Ia eu então com Trivier já a caminho do vapor: estacou êste, quási respeitoso, ao ver a elegância dum preto tão imponente... e então Léon *disparou-lhe* o seu nome e predicados, rematando *français!* decerto tudo quanto de francês sabia! Trivier ficou encantado, e virando-se para mim diz: «mais pourquoi des disputes, mon cher Lieutenant, entre vous et les anglais? Le *grand chef*, (e apontava para Léon) est français!»

Expliquei-lhe então que o grande *chef français*, a-pesar-da sua imponência nada tinha que ver com aquelas terras, e que era simplesmente um moleque meu, que tinha ido a Marselha passar um mês...

Trivier compreendeu, mas não mostrou a desilusão que sofrera, contudo, parece-me que embarcou invejando um tanto a elegante toilette do Joseph Léon!

Despediu-se de mim cordialmente, e acenando com a mão a Joseph Léon, disse-lhe um sonoro *Adieu mon ami!*

Não nos quis mal pelo equívoco em que caíra, com o *grand chef Léon*, porquanto, também êle, no relato que escreveu da sua viagem-travessia, ao contar o que se passou no Chire, mostrava já melhor conhecimento da origem e episódios do conflito que surgira a respeito da ocupação daquelas terras, referindo-se por forma cortês e amável aos portugueses que lá andavam, designadamente a Serpa Pinto e aludindo à energie du jeune Lientenant Coutinho».

Em 29 de novembro por determinação de Serpa Pinto partia eu de «Vila Coutinho» para ocupar e dominar as margens do Chire e as terras adjacentes até onde me fôsse possível, devendo e tencionando, evitar qualquer conflito com fôrças que por acaso surgissem dirigidas por brancos...

As fôrças que comandava consistiam de 56 soldados angolas de caçadores 2 de Moçambique, comandados pelo capitão Augusto Brito, oficial oriundo da Índia, *descendente*, fisicamente fraco mas cheio de brio, com quem sempre mantive as melhores relações pessoais, e que muitos bons serviços prestou com o tenente Luís Dias e dois sargentos brancos: uns mil cipais de Sena dirigidos pelo capitão-mór Anselmo Ferrão e seus irmãos Zacarias, sargento-mór, e Eusébio: 400 cipais da Maganja àquem Chire e os 250 de Chupanga e Caia, com José Paiva Raposo, e 200 cipais do Guengue ùltimamente recrutados com o *Manamambo* Patrício.

Êstes guengues eram grandes comedores de carne de cão que muito apreciavam, e que para lhes não fugirem largavam em geral com uma vara ou pau delgado, de uns 2 metros de comprido, amarrado em cima do pescoço perpendicularmente ao eixo do corpo, o que os impedia de correrem para o mato ou se esconderem.

Habitam na península de entre Chire e Zambeze, a oeste das montanhas do Guengue, enquanto os Makololos-Maganjas, habitam na mesma península a Leste das mesmas montanhas.

Conhecedores de todo o país não se entendiam com os visinhos, antes eram seus inimigos. Carregadores muito poucos havia, não chegavam a 50.

Pelo rio seguia a «Maravi» acompanhada de escaleres com víveres e munições, e com gente armada, o que representava um valioso apoio.

Levava a coluna uma antiga peça de bronze de 8 c/c, de carregar pela bôca, tipo então em uso, com um marinheiro como chefe e 4 soldados de guarnição.

O resto das fôrças regulares e irregulares, a «Cherim» e «Quaqua» com outras embarcações, ficaram em Chilomo.

O médico não nos acompanhou por estar doente, mas a nossa *farmácia* tinha quinino, ácido fénico, tintura de iodo e sal amargo...

A marcha pela margem direita do Chire, por maus caminhos e por vezes debaixo de chuvas torrenciais fazia-se devagar, e com dificuldade e inflexões que ora nos aproximavam da serra ora nos atiravam para a margem lodosa e às vezes encharcada.

Foram dias cheios de cuidados pois que os guias, por receio ou desconhecimento, seguiam hesitantes e freqüentemente se enganavam nos caminhos. Sem abrigos ficámos algumas vezes de noite apenas defendidos da chuva por molhos de capim ou caniço encharcado, estendido sôbre pequenas «mussaças» de cana.

A nossa alimentação também chegou a ser por duas ou três vezes simplesmente massa cafreal de farinha de mapira (sorgho) ou arroz cozido apenas, quando não se abatia alguma peça de caça o que sucedia raras vezes por ela andar fugidia, ou quando não tínhamos meio de comunicar com a «Maravi».

No dia 8 de dezembro, dia da Padroeira do Reino, Nossa Senhora da Conceição, os guias, por motivos que depois se tornaram aparentes, levaram-nos debaixo de um dilúvio de chuva, por caminhos que nos conduziram à margem do rio. Seriam três horas da tarde quando, através da extensa planura coberta de caniço alto e duro, e com espadanas cortantes como gumes de faca, fomos dar à riba do rio, tão lodacenta que mal nos podíamos mover, e onde nos atascavamos quási até meia perna.

Era a riba alta de uns 3 metros sôbre a água, e cortada por mais ou menos profundos barrancos (mocurros) perpendiculares ao rio, onde havia abundantes rastos de hipopotamos e de crocodilos que pululam naquelas águas...

A-pesar-da perigosa situação em que nos encontravamos no meio daquele *oceano* de caniço, não podendo fazer avançar os irregulares, exaustos, como os próprios soldados, pela grande marcha realizada, e porque não haviam comido desde madrugada, e me pareceram roceosos e indecisos, resolvi bivacar numa quási imperceptível lombada, com um comandamento de dois a três metros, se tanto, sôbre o terreno em volta, concentrando o mais possível as fôrças em colchete, na margem em que se apoiavam as extremidades, tendo a face norte encostada a um dos tais *mucurros*, que a defendia como um largo fôsso. Isto se conseguiu com grandes trabalhos e canseiras coadjuvado eficazmente pelos brancos e pelos Ferrões.

Foram então colocados a alguma distância, à frente das faces, uns postos de vigilância compostos de alguns cipais.

Estava eu impaciente por que a «Maravi» nos aparecesse, e a sua presença tornava-se, tanto mais desejada, quanto não foi possível, dada a natureza do terreno, a chuva e a falta de árvores, esboçar sequer, como se fazia habitualmente, uma rudimentar trincheira, ou estabelecermos abatizes protectores com troncos e ramos de árvores... Nem para tal houve tempo. Mal nos haviamos estabelecido e nos preparavamos para arranjar uns precários resguardos de caniço contra a chuva que caía impie-

dosa, quando a montante do posto de vigilância para fora da extremidade norte da nossa fôrça, rebentou tiroteio acompanhado de vozearia.

Fizemos logo ocupar os postos prèviamente designados aos irregulares, e pudemos verificar, da tão ligeira posição dominante em que estavamos, pelo ondear do capim, que em cima de nós vinha grande número de pretos. A fusilaria rompeu furiosa com aquela incerteza e frenesi com que os pretos *tocam futi* (disparam espingarda, como êles dizem).

A nossa linha, contudo, parecia-me bem pouco sólida, e cheio de sobressalto, não tendo o apoio da «Maravi» que não aparecia, e cuja presença tanto impressionava e animava os cipais, entrevi a possibilidade de sermos talvez abandonados pelos nossos pretos, e então certamente massacrados pelos inimigos, entre os quais se encontravam como bem sabiamos, muitos dos temíveis bongas fugidos de Massangano e dos seus prasos, depois das guerras de 1887 e 1888, e que tão habituados estavam a lutar comnôsco, orgulhando-se de, em tempos, nos terem inflingido sangrentas derrotas, trucidando tantos e tantos oficiais, soldados e auxiliares à machadinha...

(Segue no próximo número)

JOÃO DE AZEVEDO COUTINHO

No império Português ensina-se a falar a língua de Portugal...

(UM EPISÓDIO DE VIAGEM E OS COMENTÁRIOS QUE ÊLE SUGERE).

Romain de Vel, advogado moço que o magnete da África fôra, um dia, atrair ao seu cartório modesto de Antuérpia, dizia-me, nessa noite de recepção, entre o fausto mundano do palácio do Governador da Katanga:

— Pierre Daye, meu compatriota e jornalista, como você, tem, àcêrca do sistema de colonização dos belgas e dos portugueses, opiniões muito interessantes.

E acentuou, enquanto o *groom* erguia, nas mãos de ébano, marchetadas de marfim na ponta dos dedos, o cristal rosado do sorvete:

— Gostaria que você lêsse o livro que êle dedicou às duas grandes Colónias visinhas: o Congo e Angola. É um livro talvez *muito belga,* mas que lhe dirá o que pensam os belgas, *oficialmente,* das relações entre brancos e pretos...

No dia seguinte, quando o comboio arfava, na estação apalaçada de E'ville para abalar Katanga em fora, rumo da Rodésia de Jorge V, o súbdito de Alberto I; casaca solene e capacete colonial — partia, então, o Ministro das Colónias de Portugal, após uma estada de pouco mais de um dia na capital da Katanga — veio poisar-me nas mãos o volume brochado do seu Pierre Daye.

*

Comecei a ler, mal o último lampejo do casario de Elisabethville se apagou contra o brilho duro dos *rails.* E, ao mesmo tempo, por êste extraordinário poder

evocativo que é comum, creio bem, a todos os viajantes — e aos que viajam na África mais do que a nenhuns, — foi-se-me desenhando na memória o quadro da minha única noite na bela cidade do Sul do Congo Belga.

O governador, gentil como flamengo de raça, puzera, à disposição dos enviados especiais da Imprensa portuguesa, um automóvel de luxo, do serviço do Palácio.

À porta do hotel, brilhante de verniz sob o foco de luz eléctrica, o *auto* aguardava que o utilizássemos. Era cedo, ainda, para o jantar de gala que o representante do Govêrno belga oferecia ao representante do Govêrno português e aos que formavam a comitiva do Doutor Armindo Monteiro.

Um camarada distinto, Luiz Teixeira, queria fumar. Esgotara-se-lhe a cigarreira de prata cinzelada.

— ¿ Onde se vendem cigarros?

— *Quelque part, dans la ville, messieurs!* — foi a resposta amável do *maître d'hotel*.

Não era tarde e haveria, certo tabacarias abertas.

Saímos. Na avenida, onde o prédio do hotel dominava com o seu talhe moderno, de sóbria sumptuosidade, nem uma porta de loja se inflamava de luz. Só das *vitrines* dos grandes armazens vinha alagar o asfalto o banho doirado da iluminação.

¿ Que fazer? ¡ Ah, o automóvel do Governador! E foi, então, um salto para o estribo da *limousine* preciosa que poisava, junto do passeio, com a distinção e o à-vontade com que, na capital da Metrópole, Boulevard Anspach, por exemplo, poisaria, à espera dum diplomata que tomasse chá no *dancing* da moda...

Alto, distinto, elegante como o seu carro, o condutor descobriu-se para abrir a portinhola. E ao vê-lo, tão fino, tão elegante no seu *kaki* alvíssimo, agaloado a oiro, tive a impressão de que o *chauffeur* da Residência fôra recortado duma página de *magazine* londrino e colado, depois, sôbre o fundo luzente de verniz daquela viatura governamental.

Ao entrarmos, a dôrso arqueado, atirei ao negro alto e elegante a explicação daquela sortida nocturna, no mais vibrante e claro francês que me saltou aos lábios.

Alto, distinto, elegante, o condutor sentou-se, por seu turno, no estôfo do seu lugar de comando. Manobrou, com a mesma distinção, a mesma elegância, o mesmo à-vontade europeu, *manettes* e botões e chaves.

Distinto, sempre digno, perfeitamente Boulevard Anspach, o *auto* rodou, sôbre o asfalto, *klaxon* vibrando.

Não posso lembrar-me de quantos minutos passaram, neste deslisar macio, que me esfumava a África na memória e me trazia, viva, perturbadora, intensa, a imagem do *carrefour* bruxelês.

Cruzamos, na carreira suave, mais de cem lojas rebrilhantes de lâmpadas.

Aqui e além, um quiosque de jornais e tabacos abria, no tom sombrio da rua, uma clareira de luz mais viva.

Berrávamos, possessos de fúria e de pressa. Alto, distinto, elegante, o *chauffeur*, entretanto, fazia oscilar o volante luzidio entre as vastas mãos negríssimas e seguia, seguia, sempre para o desconhecido...

O passeio prolongou-se, talvez, por algumas dezenas de quilómetros, em marcha ora concêntrica ora excêntrica, correspondendo, pouco mais ou menos, a uns três quartos de hora.

De quando em onde, como se os nossos berros, imprecações e intimações de paragem fôssem atitudes orais sem o mínimo significado humano, o condutor do *auto*, alto, elegante, sempre distinto, volvia, negligentemente, o negro crâneo, ornado de resplandecente *képi*, e certificava-se, talvez, de que tudo o que ia atrás continuava na mais completa harmonia do planeta...

Ao fim e ao cabo, parou o carro. Outra vez à porta do hotel. Saímos. Lívidos de cólera e de espanto. Os punhos engomados da camisa de *smoking*, tremiam, no extremo dos pulsos, ao ritmo da indignação que nos desarticulara a voz. E então, *una voce*, brotou-nos, bem do íntimo, o corolário severo daquele passeio de automóvel:

— *Mouco e estúpido!*

O *chauffeur*, alto, elegante, sempre distinto, saüdou-nos polidamente, *képi* na mão negra e vasta, e encafuou-se, de novo, com a mesma naturalidade inalterável, na macieza do seu posto de condutor, entre manípulos, travões, mostradores e placas suntuosas de metal com o nome e a qualidade do patrão e dono.

Dentro do edifício, alheio ao nosso furor portuguesíssimo, o *maître d'hotel* espanava um ornato do corrimão.

E, então, ali, triunfantes por encontrarmos alguém da nossa raça, susceptível, ao menos, de nos entender, contamos o passeio do *auto*, à deriva pelas ruas de Elisabethville, lisas e suaves como mesas de bilhar. E dissemos que, a-pesar-de termos mandado parar o carro em frente de qualquer quiosque, o *chauffeur* passara o trajecto inteiro, a-final, e fazendo ouvidos de mercador.

Fleugmático — recordo-o, como se fôsse hoje — o homem do espanador bocejou, apenas, em explicação:

— ¿ Em que língua falaram os senhores?

— ¡ Que pregunta! ¡ Em francês, de-certo!

— Ah, sim... É que êle só sabe falar a língua indígena. *Bon soir messieurs.*

E continuou, tranqüilamente, espanando o ornato do corrimão do primeiro hotel da capital da Katanga.

*

À tarde, na carruagem magnífica do *B. C. K.*, rolando para a fronteira da

Rodésia, o livro de Pierre Daye deu-me a resposta à interrogação que, desde a minha entrada no Congo Belga, talvez antes dela, me fazia cismar.

Não traduzo as palavras do meu ilustre camarada belga. Quero que o leitor as receba, através de mim, em pureza absoluta. Quero que o próprio leitor abra, sob os olhos curiosos o fólio dêsse notável *Congo et Angola* e leia a dada altura, (1) o que um estrangeiro que sabe fazer justiça a Portugal, escreveu a propósito dos nossos e dos seus processos de colonização:

En realité, la politique d'assimilation des races fut de tout temps pratiquée d'instinct par les colons portugais et favorisée par les gouvernements.

E, em seguida a esta frase de flagrante justeza!

Les portugais — contrairement à ce qui se fait chez nous — n'usent guère des dialectes indigènes, mais obligent les Noirs à parler leur propre langage. Ils m'ont assuré se trouver fort bien de cette méthode qui, d'après eux, a pour effet de rapprocher le nègre de la civilization.

E, depois, a justificação, clara, decisiva, formal:

Pour ma part, je préfère la distinction établie au Congo, qui maintient plus absolu le prestige du Blanc, lequel s'exprime dans un langage supérieur (que l'indigène sauf de rares exceptions, ne peut pas comprendre). Em outre, en nous obligeant nous-mêmes à parler l'idiome du pays pour nous faire entendre par les populations, nous acquérons un moyen de pénétrer très avant dans l'esprit indigène, de connaître mieux sa mentalité propre, de pouvoir étudier ses mœurs. Chaque méthode peut d'ailleurs se défendre par de bons arguments.

Alguns períodos antes, Pierre Daye, com um sentido exacto do que pôde observar, acentuava que «o português, se adapta melhor do que não importa qual outro europeu à vida colonial». Ora esta faculdade determina-lhe, talvez, uma ausência de preconceitos que, para o colono belga e o colono britânico, sobretudo, não existe.

*

Ao contrário, por exemplo, dos belgas, porque em matéria de idioma, preferem *baixar* até aos indígenas da sua vasta Colónia, os portugueses *elevam* até si os que consideram, também, cidadãos portugueses.

Esta diferença entre *baixar* e *elevar* seria mesquinha se se tratasse, apenas de moral.

No brahmanismo, por exemplo, o ideal consiste em elevar todos os homens ao padrão de felicidade que é, digamos assim, a grandeza e o Poder.

(1) Páginas 68 e 69, capítulo IV, intitulado «*Coup d'œil sur l'Angola.*»

Por seu turno, o cristianismo pretende nivelar na humildade e na pobreza todos os seres, — porque só Deus é grande.

Buda quere o reino dos fortes. O reino dos fracos é o reino de Cristo. Por caminhos diversos, as metas a atingir identificam-se, demais que a perfeição norteia a ambos.

Não é êste, porém, o caso do tratamento dado aos autoctones das Colónias por belgas e portugueses. Aqueles, não ensinando a sua língua ao preto do Congo, pretendem, na frase de Pierre Daye, conservá-lo na ignorância dum idioma que, *salvo raras excepções, não pode compreender.* Êstes, impondo a sua língua nas escolas, na vida oficial, em tôda a parte em que haja relações entre europeus e africanos, querem, a-final, dar uma unidade maior e mais perfeita à Nação portuguesa.

Quem quere que passe por uma cidade portuguesa do Ultramar pode ter a certeza de que, desde o caixeiro ao polícia de giro ou desde o carregador ao *chauffeur*, qualquer nativo o poderá atender na língua de Portugal.

Na Bélgica, país cuja democracia é, a cada passo, apresentada como exemplo, a unidade lingüística é coisa que não existe.

Recordo-me bem de que a sentinela do Palácio Rial de Bruxelas, quando, em francês — uma das duas línguas obrigatórias na Bélgica — lhe dirigi certa pergunta indispensável, me regougou, no mais baixo flamengo que é possível, qualquer barbaridade amplamente probatória da sua ignorância.

Que admira, logo, que o *chauffeur* oficial do Governador de Katanga, uniformizado e correcto, não soubesse empregar, nas relações de cortezia com os hóspedes oficiais do seu patrão, mais que o bárbaro *patois* da selva em que nasceu...

*

Êste artigo não tem, dalgum modo, pretensões doutrinárias. Tão pouco pretendo, sincero admirador dos belgas, massar os leitores de «O Mundo Português» com uma catilinária a propósito de sistemas que a nossa colonização não adopta.

Quiz, tão sòmente, apontar, em guisa de episódio, o que me parece defeito na Bélgica e virtude em Portugal.

Colonizar deve ser, para absoluta dignidade do verbo, dar à Colónia todo o bem de que somos, possìvelmente, detentores. A civilização está implìcitamente, incluída nesse bem. E civilizar será, portanto, para um português, tornar português um bárbaro ou um selvagem.

Certo, não se pode caminhar depressa no terreno das concessões sociais.

Dum selvícola, que só conhece o ritmo sensual do seu *batuque* e a simplicidade primeva da sua esteira, não se faz, de golpe, um *cidadão.*

Há que polir. Há que desbravar. E, no polir e no desbravar, a importância do do idioma é flagrante.

Ao educar e instruir os portugueses doutras raças e doutras côres, Portugal quere necessàriamente, que êles atinjam a grandeza das coisas que criou. Ler os livros em que flameja o pensamento português. Ouvir a palavra, que a língua portuguesa fez bronzea e ressoante, dos nossos oradores e dos nossos mestres. Sentir, melhor, a arte que os portugueses, em todos os domínios, tão alto colocaram. Compreender, melhor, a alma portuguesa. E admirar, melhor, a História portuguesa. E, melhor, seguir a órbita dos destinos de Portugal no Mundo.

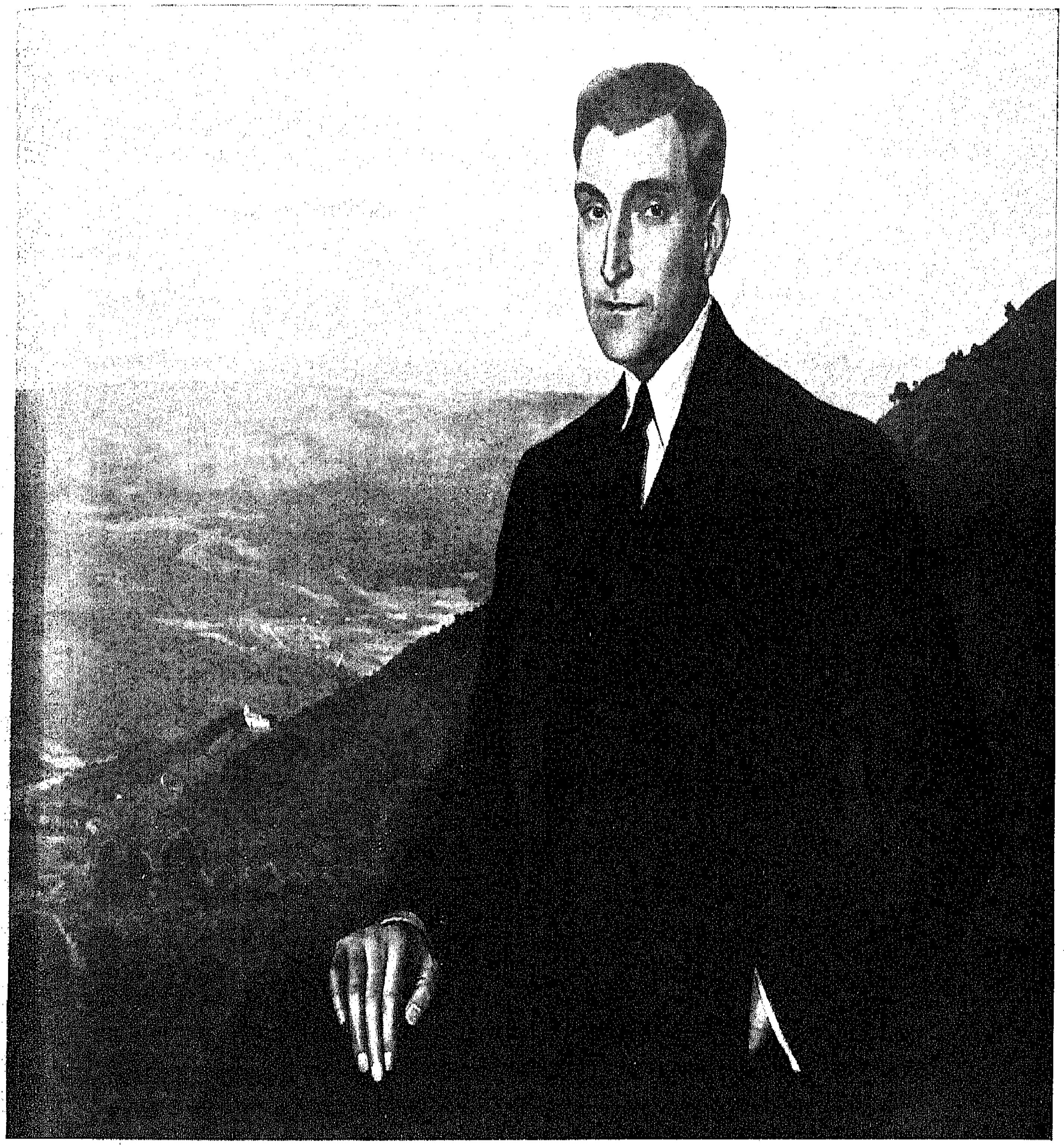
Tudo isto que é, de resto, a essência da colonização portuguesa, está fora do programa dos belgas e dos ingleses.

Preocupando-se em conquistar mercados, ao Império Britânico não interessa, grandemente, a ***britanização*** de quantos o constituem.

Querendo afirmar acima de tudo, a sua superioridade de raça, não se importam os belgas — é, ainda, o insuspeito Pierre Daye quem mo garante — com a unidade nacional que a colonização portuguesa não dispensa.

Simplesmente, enquanto a Grã-Bretanha e a Bélgica cujo método de colonização, sob certos outros aspectos, é modelar, criam, quando muito, civilizados, Portugal, alheio aos excessos e às intransigências dêsse ***préjugé de couleur,*** faz portugueses.

A primeira coisa que as mães fazem aos filhos é ensiná-los a falar — e a falar a sua própria língua. Do mesmo modo, as pátrias. E, quando estas negam aos filhos o uso da única língua em que podem traduzir o seu amor, os filhos não saberão amá-las, porque não as poderão entender...



eo de Eduardo Malta — Dr. António de Oliveira Salazar — Presidente do Conselho

4

retratos àquem dos retratados

É êste o título duma conferência que vou realizar sôbre os meus últimos retratos e sôbre a personalidade dos retratados, os senhores Presidentes da República e do Govêrno, Cardial Patriarca de Lisboa (*) e Ministro das Colónias. Dessa conferência já quási terminada tirei duas dezenas de frases, que, acompanhando as reproduções dos quatro retratos, vão encher de letras sòmente algumas páginas brancas da revista «O Mundo Português».

. . . .

Pintar retratos é seguramente um dos ofícios mais trabalhosos e difíceis. Começa no *parecido* a primeira grande dificuldade. O verdadeiro parecido não nos parece que seja aquele que a maior parte das pessoas querem ver. Nós somos uns animais orgulhosos, esquivos e retraídos, e temos muito receio das opiniões que os outros possam ter de nós. Mal presentimos a aproximação doutra pessoa logo começamos de representar, logo instintivamente pomos uma das mil e uma máscaras que temos para o que der e vier. Nunca diante de alguem somos nós completamente. Nem mesmo diante dum espelho, porque nos vemos sempre com os mesmos olhos dum estranho, de fora para dentro e não de dentro para fora.

(*) A reprodução do retrato de Sua Eminência, reservo-a para uma nova crónica a sair pròximamente.

O *Mundo* — quero dizer a maioria — ao ver um retrato que tenha certa vontade de captamento psíquico, diz sempre: — Sim, está parecido, mas... E êsse *mas* quere dizer que o retrato não tem aquela máscara, sempre banal e tosca, que ao *Mundo* apetecia que tivesse. Daí, um verdadeiro retrato, quero dizer um retrato em que o pintor quiz realizar a autêntica, a escondida personalidade do retratado, é quási sempre um retrato que o *Mundo* não consegue entender.

A profunda e sincera personalidade das criaturas reside muitas vezes em súbtis relâmpagos de expressão. O *Mundo* gosta das pessoas que sorriam constantemente, que sejam alegres, das expressões à flôr da pele, mas a humanidade quando está completamente só, livre de preocupações terrenas, — ou sobrecarregada desssas preocupações — metida completamente em si mesma, esquecida quási de que existe, é outra, mais intensa, mais complicada, mais grandiosa e mais séria.

. . . .

Os retratos de personalidades em destaque, com grandes e aturados afazeres governamentais, são dificílimos de pintar. O acanhamento natural do artista que se se sente pouca coisa, o medo de massar, de roubar tempo, as poucas palavras cuidadosas dos retratados, o ambiente quási sempre frio e meio protocolar, a falta de intimidade, etc., erguem entre o modêlo e o artista uma muralha de banalidade que os distancia. Só com um esfôrço enorme e, com um certo atrevimento da parte do artista, se o pintor não quere ser apenas superficial, se consegue chegar a algo.

. . . .

O retrato do senhor Presidente da República é o único dos quatro retratos de que vou falar, que tem verdadeiro carácter oficial. Eu quiz nessa tela fazer um Chefe de Estado, um Presidente, perfilado, recto, eixo fixo e firme da grande máquina do Estado, sempre em constante movimento. A máscara séria e calma, apenas no olhar uma finíssima expressão sorridente de inteligência afilada e dirigida tôda no sentido das realidades das coisas positivas. Não é um olhar ungido de poesia, de sonho, mas sim um olhar levemente irónico e sabedor das coisas do mundo e dos homens, acostumado a simplificar as coisas complicadas, a ver a graça forte e fácil da vida realista. A figura esbelta e fina, quási dum rapaz, o braço diplomàticamente arqueado, a mão demasiadamente

forte para o corpo, a outra calçada de luva branca, êste retrato lembra talvez pela personalidade do retratado, talvez pelo trajar ou por qualquer coisa que dimana dele, uma tela do tempo do Império. Como disse em tempos o doutor Bernardino Machado, o senhor Presidente da República faz-nos lembrar um pouco D. Miguel — não politicamente, que disso não quero entender — mas como presença, como irradiação física. A sua letra é igual e, assim, para quem acreditar na ciência da grafologia as duas personalidades têm que ser naturalmente as mesmas.

. . . .

Quando o simpático e temerário general Gomes da Costa tomava conta do poder a 28 de Maio de 1926, recebeu-se em Lisboa um ofício do govêrno inglês quási insultuoso para os Governos da República, por não termos mandado alguém a Londres, em certo prazo anteriormente marcado, tratar das nossas dívidas de guerra para com a Inglaterra.

Nêsse momento era Ministro dos Negócios Estrangeiros o senhor General Carmona que logo começou de perguntar, a quem de direito, o nome das personalidades mais indicadas pelo seu saber, para seguirem repentinamente nessa tardia embaixada até Londres. Entre os dois ou três indicados figurava à cabeça o doutor Armindo Monteiro, que nêsse momento era professor da Universidade de Lisboa. Chamado ao Ministério pelo senhor General Carmona para o incumbir, com mais outras personalidades, dessa missão, o actual Ministro das Colónias, satisfeito com o caminho que levava a sua quieta vida universitária, não mostrou desejos, nem queria mesmo, partir para Inglaterra. Depois de muito instado e em nome de Portugal, o senhor doutor Armindo Monteiro acedeu em partir.

No dia seguinte o jornal «O Século» dirigido então pelo doutor Trindade Coelho, fazia uma campanha enorme, palavrosa e cerrada, contra o actual Ministro das Colónias, dizendo-o monárquico e por isso incapaz de servir bem a Repúbica. Gomes da Costa, receoso e preocupado com a opinião republicana, telefonou imediatamente, logo que leu o primeiro artigo do «Século», para o Palácio das Necessidades e disse ao senhor Ministro que era necessário riscar da lista, já completa, das pessoas que compunham a embaixada, o nome de Armindo Monteiro. O senhor General Carmona respondeu que o não podia fazer, por ter sido êle que tinha pedido e em nome da Nação ao ilustre professor da Universidade para figurar nessa lista e, que, só tinha uma palavra e

uma cara. Que se o senhor General Gomes da Costa insistisse pediria imediatamente a sua demissão.

— Pois, então, está demitido.

. . . .

Assim como na vida, o meu retrato do senhor Presidente da República, mostra-o, simbòlicamente, justo, firme e correcto.

Já alguma coisa se escreveu sôbre o meu retrato do doutor Oliveira Salazar e muito mais se discutiu e se disse. Agora talvez me caiba a vez de dizer alguma coisa sôbre a minha obra e sôbre a minha compreensão da personagem retratada. Oliveira Salazar é, quanto a mim, um carácter completamente novo dentro da humanidade. Não conheço figura nenhuma histórica nem da actualidade, nem mesmo uma criação literária que se assemelhe. É um caso até agora desconhecido, com um carácter difícil de compreender, embora o doutor Salazar seja tão simples, mas tão distante, como um meteoro que risca luminosamente o céu a muitos milhares de quilómetros.

Um espírito tão profundamente religioso e tão magnìficamente positivo nunca Deus deitou ao Mundo. Oliveira Salazar é capaz de fazer contas pequeníssimas, como as faria um pobre de pedir, e é capaz de gastar como um César, mas um César nunca visto, de olhos postos em Deus.

Três personagens distintos: um pobre cuidadoso do dia material de àmanhã, um resoluto Senhor, criando obras monumentais para o seu povo e um místico, conhecedor apenas das suavidades do Céu. Junte-se a estas contradições uma harmonia completa, uma vontade de ferro, um bom senso de espantar, um nascimento humilde e uma cultura de eleição e teremos um carácter completamente novo dentro da humanidade, uma figura para entreter psicólogos e filósofos vindouros.

Será isto sintèticamente o doutor Salazar? Creio que sim.

Pelo menos foi assim que eu o quiz pintar, embora a obra fique sempre àquém daquilo que nós quizemos.

O meu retrato do doutor Salazar creio que é também um retrato diferente de todos os retratos pintados até hoje, mesmo os que o foram por mim. Pela primeira vez pintei uma figura tendo por fundo uma paisagem verdadeira.

Podia ter sentado o doutor Salazar numa cadeira mais ou menos luxuosa, destacando sôbre um reposteiro mais ou menos aveludado, ou, então, colocado cêrca dum móvel duorado Luís XVI, Império, etc., mas em nada seria o doutor Salazar. Também o podia ter pintado sôbre um fundo liso de côr harmoniosa, com sentido apenas decorativo, ou sôbre uma paisagem imaginada — como faziam alguns dos grandes pintores da Renascença — e como eu tenho já feito em alguns retratos. Mas não seria o doutor Salazar. O senhor Presidente do Concelho está bem no meio da paisagem magestosa e vasta do Caramulo, entre massas enormes de pinheiros, uma capelinha ao longe, a terra de monte em monte a perder de vista, a sumir-se já no Céu, já de mistura com as núvens.

Paisagem positiva, paisagem rial mas também espiritualíssima, cheia de poesia, paisagem-desdobramento da figura retratada.

O doutor Salazar tinha por fôrça — tenho a certeza, porque uma harmonia estranha a isso o obrigava — de ir viver parte da sua vida naquele Caramulo maravilhoso aonde o fui encontrar em perfeita comunhão com a natureza.

O retrato do senhor Ministro das Colónias é bem diferente de todos como espírito. É dos quatro retratos o que tem um sentido mais moderno e mais decorativo, um retrato que só poderia ter sido pintado — embora mal — por um artista nascido no século XX. E o quadro não é maior, nem tem um fundo mais amplo, simplesmente porque ao encomendar a grade que serve de esqueleto à tela, eu ainda não conhecia o ratratado.

Como fundo tem singelamente êste retrato um mapa das duas maiores colónias portuguesas em África, Angola e Moçambique. A figura recorta-se nitidamente sôbre as manchas coloridas do mapa numa postura natural e simples, mas dessa esbelta sobriedade de que é feita a elegância natural. É que Armindo Monteiro é um verdadeiro elegante e tanto no trato como na escrita. E mais, é um elegante moral. O senhor Ministro das Colónias é incapaz de fazer uma injustiça seja a quem for, porque no dia em que a fizesse perderia o sono, a quietude na alma e, — tenho a certeza — que sentiria por dentro um fato enrugado e sujo por fora. Qualquer ofensa injusta que fizesse pesar-lhe-ia tanto como um defeito físico.

A imagem no retrato é duma grande simplicidade, mas ao mesmo tempo orgulhosa, serena e dominadora. A mão é forte, bem construída e delicada. Mas o principal do retrato reside na luz que ilumina os seus

olhos dilatados e levemente convexos. É um olhar parado e inquieto, presente e longínquo, como reminiscência saudosa duma raça estranha e afastada. É como o olhar tríste, luminoso e alongado, do homem vivido entre paisagens grandiosas, como planícies infinitas, mar de todos os lados ou montanhas tão altas que nem os pássaros conseguissem transpô-las. Mas a paisagem aqui é tôda interior...

Armindo Monteiro tem a visão clara e precisa das coisas, mas sempre projectadas em grandeza, em bela, literária e artística grandeza. O senhor Ministro das Colónias é, sem dar por isso, um artista, e fala nas árvores que, como num milagre, deram flôres dum dia para o outro, das grandezas incomensuráveis do Império Português, dos seus amados livros, do seu relógio de sala antigo, de todo o ambiente que o cerca e que já é nele vida amorosa e eterna.

Armindo Monteiro que será sempre uma grande figura dentro de qualquer caminho que siga, seria, além de tudo, creio eu, um grande escritor — daqueles que nos fazem falta — cuidadoso da forma literária e profundamente humano.

. . . .

Mas, afinal, tudo o que disse, sintetisando a minha conferência «4 retratos àquém dos retratados», não é sôbre os retratos que pintei, mas sim sôbre os que ingènuamente imaginei fazer.

Oleo de Eduardo Malta — Dr. Armindo Monteiro — Ministro das Colónias

INIMIGOS
DA COLONIZAÇÃO

O «MUNDO PORTUGUÊS arquiva hoje nas suas páginas o notável discurso que S. Ex.ª o Sr. Ministro das Colónias, Doutor Armindo Monteiro *proferiu na sessão inaugural da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa. Êsse discurso, que além de constituir uma peça de grande recorte literário, é, pela elevação de todos os seus conceitos e afirmações, dum alto valor mental, é digno de ser fixado na memória de todos os portugueses, com o interêsse e o carinho a que tem direito, um dos estadistas que nos últimos tempos mais se tem esforçado e contribuido para o engrandecimento do nosso Império Ultramarino.*

●

SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

Dando ao país inequívoca prova do seu grande interêsse pelas cousas do nosso Ultramar, digna-se V. Ex.ª inaugurar àmanhã, solenemente, a nossa primeira Exposição Colonial. Da importância do sucesso, se a tiver, espero que fale o tempo em vez de falar quem é apenas obreiro modesto da gigantesca obra que, dia a dia, se vê surgir como milagre de amorosa dedicação pela terra portuguesa. Dá-lhe tal vulto, porém, a presença do chefe de Estado que não posso deixar de afirmar a gratidão dos tantos homens de boa vontade, que a esta emprêsa aplicaram iniciativas e energias e de dizer a alegria com que assim vêem rematadas pelo mais alto representante da nação, seus longos esforços, canceiras e ansiedades; e tão forte brilho recebe da comparência de S. E. o Sr. Cardeal Patriarca, dos ilustres membros do Govêrno e do Corpo Diplomático que juntos vejo aqui, com tantos portugueses de mérito afirmado por largos serviços, que demorados teriam de ser por ela os meus agradecimentos, se o próprio luzimento desta assembleia não a mostrasse antes filha da devoção que faz do Ultramar a cousa e a paixão de todos, do que de favor porque hajam de render-se graças.

Pesa-me não ver entre nós, nesta sala e nesta noite, o Senhor Presidente do Conselho: com a publicação do Acto Colonial ganhou pergaminhos de tal nobreza, que na

gigantesca aristocracia dos nossos homens de Além-Mar, pode figurar entre os primeiros; com a sua falta sinto que falta aqui alguma cousa do que de mais puro e nobre existe na secular vida da Pátria; junto de cousas que eloqüentemente lembram o passado, a sua presença seria como que o próprio corpo das nossas ambições de futuro.

Por estas terem alicerces largos e sólidos, fizemos a Exposição. Quizemos que os factos falassem por si — para que a vida que Além-Mar criámos com sacrifícios que em séculos inteiros abraçaram o mundo, se revelasse aos olhos portugueses na sua nudez — que é a sua grandeza. Não queremos diminuir com palavras a fôrça da demonstração que nos propuzemos realizar. Mas porque esta nasceu de bem certa orientação, porque tem já seu passado e deve reproduzir-se em novas criações, convém situá-la precisamente no caminho da política que há anos se iniciou — e que, vencendo muitas dificuldades, vai prosseguindo no ritmo certo que lhe foi traçado.

*

A confusão dos dissídios políticos, em que, desde o comêço do século XIX, Portugal se debate, serviu para escurecer singularmente o conflito de duas mentalidades que desde remotas épocas disputam a direcção da vida nacional: a mentalidade ultramarina e a mentalidade ibérica ou rural. No cego furor que tantas vezes dos partidos ou dos homens fez inimigos mortais, nem sempre se distinguiu claramente a influência de uma ou de outra; os que a conheceram obstinaram-se em a desprezar. Não sei de época em que os homens se tivessem dividido ou organizado segundo o seu comando; no seio das facções misturavam-se e no íntimo dos governos, talvez sem a plena consciência de si próprias, debatiam-se. Não eram aparentemente causa de divórcio político, mas conforme uma ou a outra acidentalmente venciam, assim o rumo do país variava.

Enganavam-se os homens supondo que a democracia ou a sua negação eram o facto fundamental: e isso era apenas a ilusória superfície das cousas. Na esfera internacional, no campo financeiro ou no terreno económico, acima de tudo o país sentia sempre os reflexos das vitórias ou das derrotas do espírito ibérico ou do espírito colonial.

Desde Alfarrobeira que o facto profundo da nossa vida está na oscilação do poder entre essas duas fórmas de conceber a alta direcção das cousas públicas.

Para uma, Portugal é retalho da Península que em frente do mar estende o variegado tapete das suas oito províncias. Povo de guerreiros e de agricultores que a fôrça da história fixou à beira do Oceano, o seu bem-estar, como o orgulhoso sentimento da sua independência estão entranhàvelmente ligados a esta faixa de terreno europeu que é a pequena casa lusitana. Com ela se confundiria a própria idea da Pátria. Para lá do Mar as gerações heróicas deixaram-nos as colónias, que são o glorioso pecado da juventude, que decerto amorosamente se acarinha e que com orgulho se invoca — como quem, já na idade madura relembra lindos feitos da mocidade — mas que não constitue a essência da própria vida da nação. Êsse modo de pensar — que não quero levar até às suas últimas conseqüências — tem por consectário natural concentrar na Metrópole, até ao extremo limite possível, as energias e os recursos da grei: a direcção política do país deve deixar-se dominar pela idea de que se é êste o lar do povo, devemos organizar-nos, viver, traçar as vias da nossa ambição, como se tôdas as razões da vida nacional fôssem ibéricas. Para quê a dolorosa inquietação de ir buscar longe a fortuna entre perigos, incertezas, duras angústias que apaguem na alma tôda a doçura de viver, enquanto a tivermos certa no alegre revolver da terra e no trabalho dos litorais, sob o esplendor dêste céu e a fecundidade de uma natureza que gera a abundância, como perene graça de Deus?

Criar-se-ia assim a idea de uma hierarquia de interêsses nacionais — os da Metrópole primeiro, os do Ultramar depois. As Colónias seriam o luxo e a glória — o oneroso prolongamento da verdadeira pátria.

Já vozes destas se ouviram em Ceuta, e depois, através de mais de quinhentos anos de história, sempre que o Império exigiu sacrifícios em dinheiro, em sangue ou em vidas. Tem longa e velha ascendência o espírito que por elas fala: nem lhe falta a grandeza dos versos dos Lusíadas a dar-lhe seu ar de nobreza; e muitos pretendem que o bom-senso milita do seu lado.

Mas a verdade é que esta Pátria de pequenos lavradores e humildes mareantes não foi a que o passado nos legou. O Atlântico chamou-nos e afeiçoou-nos muito cêdo, marcando à nossa vida de povo o seu rumo universal. Depois de Ceuta para sempre deixámos de ser uma nação das Espanhas. A Pátria repartiu-se pelo Mundo. A sua história encheu-se de nomes que nada têm do romano ou do godo. Entrámos a batalhar em tôdas as partes da terra, com gente de tôdas as raças. Levámos a fé e a glória do nome português até ao mais recuado oriente. O arado parecia cousa pequena para as nossas mãos de gigantes quando os braços lusitanos se estendiam, para oriente e para ocidente, até envolverem a terra. Ao longo de costas remotas, restos de orgulhosas fortalezas — em territórios de que até já perdemos a lembrança — atestam ainda que ali foi Portugal. Palavras da nossa língua entraram em mil línguas e dialectos diferentes, na África, na Ásia, na Oceania. Momentos houve em que, por singular paradoxo, a Europa era, no mundo, o que menos nos interessava. E quando aqui, por mau passo da história, a independência se apagou, pedaços de Portugal ficaram ainda, até ao fundo da Ásia, a marcar indomàvelmente a sua existência livre, afirmando a continuïdade da vida nacional. Esta pátria universal foi a que recebemos da história — filha do génio português e sua imagem.

Como trocar a sua imensa grandeza pela cómoda mediania da pátria rural que alguns nos oferecem como modêlo, acorrentada ao torrão peninsular, com o Oceano a isolá-la dos povos que descobriu — talvez com marcos fontanários em tôdas as ruas e praças, mas sem projecção para além do mar? O espírito ultramarino impediu a nossa fusão no corpo peninsular e deu-nos individualidade inconfundível. Salvou-nos como nação — mas põe em pé de igualdade tôdas as partes da terra que formam Portugal. E já que nada pode impedir que interêsses espalhados pelos vários cantos do globo rejam a nossa vida, reclama para todos os mesmos desvelos, cuidados e sacrifícios.

Já se disse que mais cómoda é a existência dos povos que apenas em si pensam do que a daqueles que sôbre os ombros tomaram a pesada tarefa civilizadora que o comando dos mortos nos impõe. Na verdade são sempre mais tranqüilos os dias do homem que, sem ambições, lavra a terra e, modestamente, apagadamente, com seus frutos se contenta, do que os de quem, devorado por grande fogo interior, se abalança à emprêsa de elevar a sorte dos outros, criando riqueza, semeando ideas, educando, melhorando. Mas nenhum povo pode confinar a sua vida nesta negação total de grandeza e de ambição: o mesmo seria que condenar-se à morte.

*

Nós nunca poderíamos tomar êsse rumo. A nossa população conserva altas percentagens de crescimento. Se ainda se não atingiu aqui o máximo demográfico possível, todos os dias caminhamos para êle a passos céleres. Onde colocar os excedentes demo-

gráficos que se adivinham e que, pela fraqueza dos actuais movimentos emigratórios, só por milagre de administração não fazem sentir já na nossa economia, de modo incomportável, o seu pêso?

As colónias têm a chave dêsse grave problema demográfico. Só por isso deveriam ser consideradas elemento essencial da nação. E tanto na ordem económica como na ordem política e sentimental são-no de facto.

De resto a actividade colonizadora está-nos no sangue. Não saberiamos nem poderiamos viver sem ela. Mas é preciso que dêste facto tiremos as necessárias conseqüências.

Argumentou-se já contra o activo prosseguimento de uma política de acção colonial, dizendo-se que era incomportável atitude de grandeza. E contudo nada mais falso. Nós defendemos uma política de meios modestos: política pertinazmente seguida, firmemente orientada, disciplinadamente executada—mas sem aparato e sequer, sem emprêgo simultâneo de grandes capitais; política de conjugação de esforços, de energias, de meios de acção, em que a metrópole não negue a ajuda de uma solidariedade indispensável e em que as colónias se entreguem livre, confiadamente à experiência superior da mãe pátria; que exija a severa manutenção da ordem financeira e imponha a observância dos princípios que constituem a salvaguarda do crédito público, não é já ponto discutível: mas que nunca dê aos que mourejam nas colónias a impressão do abandono, do isolamento ou da inércia. Política que faça do Império uma colaboração efectiva, indestrutível coesão de tudo o que é português a caminho de dias melhores; política de protecção mútua e de tal amparo que os interêsses de um dos membros da grande comunidade portuguesa sejam os interêsses gerais, guardados de modo que nenhumas diferenças entre êles existam, e que o mais fraco se sinta, na justiça e no amor de todos, igual ao mais forte.

Para efectivar êste pensamento de solidariedade,—que luminosamente o Acto Colonial inscreve entre os princípios essenciais da nossa organização política—não são precisos capitais imensos; seria contra a razão negar a necessidade do estabelecimento de correntes certas e lentas do capital e das iniciativas,—depois de criado Além--Mar, ambiente que lhes seja favorável—mas acima de tudo é indispensável, para a resolução dos problemas coloniais, manter bem rubra a chama do espírito de solidariedade. Mais se faz com êle do que com montanhas de oiro. Sem a sua ajuda, que está na humilde origem da vida, nenhum empreendimento conseguirá ir metòdicamente até ao fim. As melhores iniciativas terão a cada passo de lutar com a indiferença, quando não com a hostilidade. Se não toparem diante de si com o desdém, terão de vencer a incompreensão ou o desconhecimento.

Nenhuma Emprêsa, por mais útil ou benéfica que se antolhe, poderá dêsse modo criar raízes. O desenvolvimento colonial caminhará ao acaso, sem harmonia de movimentos, sem integração no conjunto nacional, e será, não como a árvore que enquanto estende pelo espaço o grande docel de seus braços, finca mais fundo no solo as raízes—para durar,—mas como a fôlha que o vento leva.

Realização dêste espírito de solidariedade, a Exposição Colonial é grito de protesto contra a concepção ibérica da nossa existência,—é a prova material da extensão, do poder criador, da virilidade, das províncias ultramarinas de Portugal.

A mentalidade rural é poderoso inimigo da actividade colonizadora. Mas não é o único. Outros, que conveniente seria desalojar das suas posições, existem infelizmente—e fortemente entrincheirados atrás de apregoado amor pelas coisas ultramarinas. São êrros que de longe vêm, opiniões que os interêsses radicaram ou que um pensamento de coerência pessoal fez petrificar e que nada remove—nem a experiência, nem as derrotas, nem a própria evidência. Homens que por serviços se tornaram ilustres professam-nas por vezes com pertinácia—talvez como sistema de defeza do que um dia fizeram, ou como fórma de ocultar o êrro em que caíram talvez como convicção adquirida e inacessível à luz. Em qualquer caso é lastimável. Essas opiniões fazem mal.

Tenho de referir-me a algumas—que esta é boa ocasião.

Em primeiro lugar devo chamar à barra os que só concebem uma solução para os problemas ou dificuldades coloniais: o empréstimo. Há desordem nos orçamentos, excesso de despesas, desperdícios curáveis? Há déficit, exagêro de serviços, dívidas atrazadas, empregados a mais? Há obras a fazer, reparações, exercícios findos a pagar? Há desiquilíbrio nos serviços de natureza industrial, quebra nas receitas, dificiências no trabalho de cobranças? Os negócios paralisam, os stocks acumulam-se, os preços baixam? O empréstimo é a panaceia: dará infalível cura a todos os males. Em relação a uma colónia em que, por má visão financeira, a dívida cresceu para além de tôdas as possibilidades não só de reembôlso mas até de pagamento de juros, vi já defendida com autoridade a seguinte doutrina: que tomasse o país para si quási tôda a dívida existente—e que desde já lhe fizesse novos empréstimos. Confesso que, neste caso, por muito que respeite as opiniões alheias, me parece que se atingiu o absurdo. Na confusão dos factos económicos e das suas conseqüências, difícil é descortinar sempre e de modo certo, a linha da verdade: errar tem por isso muitas vezes desculpa. Mas persistir desta forma no êrro não será exceder as barreiras da humana tolerância?

Durante largo tempo em Portugal contraíram-se empréstimos para ir pagando empréstimos; mas anular os que se não podem pagar, para contrair outros que, segundo tôdas as probabilidades, se não podem pagar também, não parece ser coisa muitas vezes vista no mundo.

Há na verdade grandes ilusões sôbre o papel que nas finanças coloniais os empréstimos podem desempenhar: e bom seria que se desvanecessem, para vantagem da obra colonizadora de todos os povos.

Na maior parte dos casos em que o seu emprêgo é aconselhado ou prementemente solicitado, podem servir quando muito, para afastar do presente dificuldades e multiplicá-las no futuro. Mas criou-se por tôda a parte a superstição do empréstimo—a-pesar-de a experiência mostrar que êsse processo só deve ser empregado para obras certas, reprodutivas, pormenorizadamente estudadas, a executar com suma economia, dentro de possibilidades orçamentais inegáveis e não de fantasias. De outro modo conduzirá fàcilmente à falência; e constituirá alto obstáculo ao desenvolvimento económico.

Quem fizer crer às massas que, fora da função indicada, pode o empréstimo desempenhar papel útil, desserve a causa da colonização, contribuindo para criar esperanças que, dificultando a acção dos govêrnos são causa de desânimo, de desconfiança e até de paralisação de energias. A defeza da doutrina contrária fàcilmente pode dar grande popularidade—quem a defender pode servir-se a si próprio, mas não servirá a nação.

Muitos países da África e da Ásia sentem hoje pesadamente o efeito de uma política de empréstimos imprudentemente seguida. De entre as nossas colónias, Angola sente-os dolorosamente. O aumento da sua dívida nos últimos anos é conseqüência quási apenas

da acumulação dos juros dos empréstimos feitos antes de certa data: as feridas abertas na sua fazenda e na sua economia têm exigido duros sacrifícios — e honestamente não podem ainda dizer-se curadas.

*

As facilidades de crédito público geraram a curiosa mentalidade dos que só na execução de grandes planos de colonização vêem a salvação do Ultramar. Dentre êsses os mais numerosos são os que sonham com a fixação de enormes massas de gente, bruscamente, nos grandes espaços vazios do centro da África. Fazendo colonização como quem desenvolvesse qualquer demonstração matemática, fàcilmente instalam milhões de homens nas mais inóspitas paragens. Diríamos que o caso não era merecedor de reparos se êstes coloniais — que, em regra, do mundo pouco mais conhecem do que Genebra — não falassem de muito alto, criando uma espécie de opinião europeia, fácil de enganar por ignorante, causando ilusões que podem ser perigosas — e contra as quais todos os povos colonizadores têm de precaver-se. O perigo a todos ameaça.

A verdade é que a fixação de colonos brancos em África é obra que exige muitos esforços, um poder de organização acima do normal, desinterêsse no comando, disciplina absoluta da parte dos executantes, conhecimento profundo do meio, firme exemplo de dedicação — e que só pode fazer-se lentamente. Mais fôrça tem a iniciativa individual — económica, activa, pertinaz, não quebrando diante do sofrimento — do que todo o poder do Estado, que em regra não consegue mais do que transformar em burocratas os que, como colonos, demandam a sua protecção. Por reconhecerem esta verdade abandonaram já alguns países de África os velhos sistemas de colonização directamente provocada e enquadrada por representantes seus; e sabendo que, o espírito de aventura não leva sempre da Europa os mais capazes mas os mais ousados, em vez de abrirem largamente as suas fronteiras, como antes faziam, a todos os nacionais, exercem agora sôbre os que chegam intensa fiscalização: exigem de cada pretendente a colono, a posse de capital elevado e de saber agrícola, que constitua já formação profissional e garantia de êxito. O tempo do emigrante que como riqueza levava o seu braço e como ciência a simples vontade de fazer fortuna, parece ter passado. As ideas de selecção e de preparação do colono parecem dominar a moderna actividade ultramarina. Não quere nenhum país repetir os casos de falência e de miséria que a desordenada entrada de colonos provocou por tôda a parte. O número importa menos do que a qualidade.

Ao lado dêstes inimigos da actividade colonizadora formam os que sonham com os grandes planos de obras — uns em extensão porque os seduz a quimera de remover montanhas, outros no tempo, porque, atraídos pela miragem de ditar a lei ao desenvolvimento de um país durante períodos largos, supõem possível prever num plano acontecimentos que, para se desenrolarem, vão exigir o curso de 10 ou de 20 anos. Nem sempre o puro ideal do bem público inspira os que advogam essa atitude governativa. Não deve perder-se de vista que grandes interêsses industriais andam ligados à sua adopção: e isso deve amortecer muitos entusiasmos.

Na vida económica de hoje é possível apenas fixar objectivos gerais, longínquos, a direcção da vida, os principais guias: mas os planos têm de arquitectar-se para execução a curto prazo. O aperfeiçoamento da técnica e a mudança das condições políticas, económicas e financeiras depressa lhes roubam o valor. Mal conhecemos ainda as imensas possibilidades da África: os estudos feitos pelos países colonizadores mostram apenas a superfície das coisas. Não é com elementos incertos, imperfeitos, que honestamente podem

estabelecer-se os vastos planos de fomento que em alta grita muitos reclamam: tudo o que nessa matéria passar além de pequeno número de anos pode servir a política de um dia, criar esperanças, acender irrealizáveis desejos: mas em breve tempo todo o cachoar de entusiasmos se terá transformado em desilusões ou desesperos. Já fizemos essa experiência.

*

Não posso deixar de citar aqui os que tudo esperam do crédito. Ao colono perdido no sertão, a braços com dificuldades de tôda a ordem, sem excluir as que a doença cria, lutando contra a dureza do clima, as secas, os animais daninhos, as distâncias, o fisco, a baixa dos preços — o crédito aparece como a própria imagem da salvação e da abundância. Chegou-lhes a lenda de facilidades que outros dão, falaram-lhes da possibilidade de dinheiro barato e abundante a prazos largos, prometeram-lho talvez, fizeram luzir a seus olhos a imagem de Bancos que acodem a todos os embaraços, remedeiam a escassez das colheitas, esperam pela abundância, evitam as conseqüências da queda das cotações — e para êles se virou tôda a esperança dos que lutam contra a selva e sofrem as suas traições. Criou-se dêste modo grande multidão de aflitos que não pode receber consolação.

Nunca compreendi que se explore assim com a ansiedade de tanta gente. A transformação do crédito em simples fórma de assistência pública (que por tôda a parte se fez em grande escala) proliferou em tão numerosas ruínas que criminoso seria repetir hoje os ensaios que as provocaram. Para ser fecundo, o crédito não deve saír dos rigorosos limites que a experiência e a ciência lhe traçam; dentro dêle multiplica-se em maravilhosas criações. Para além só origina misérias: e em vez de agir como fôrça criadora, parece com freqüência elemento de anarquia e de destruição.

A responsabilidade da grave crise colonial presente pode ser-lhe atribuída em grande parte. Foi já pelos abusos do crédito público e privado que em 1923 e em princípio de 1931 as transferências de Angola estiveram suspensas e que, no primeiro dêstes anos, a libra chegou no mercado livre, a valer mais de 300 escudos angolanos.

*

Outra espécie de inimigos da actividade colonizadora aparece ainda com freqüência — tanto em Portugal como lá fora: os que tudo fiam dos plenos poderes dados aos Governadores. Enraízou-se por tal forma essa opinião em certas zonas, aliás desinteressadas e de boa fé, que nenhuma culpa do que nas colónias se faz ou não faz, deixa de ser atribuída ao Govêrno Central. Daí o desejo de concentrar na colónia todos os poderes. Há nisso uma parte de ódio à fiscalização, uma parte de revolta contra a impossibilidade de realizar tudo o que acode à imaginação, misturado à necessidade, que satisfaz os mais profundos instintos do homem, de concentrar num responsável as culpas de tôda a gente.

Se um inspector vai às Colónias, julga-se que a viagem representa apenas favor pessoal e é inútil dispêndio de dinheiro; critica-se sem piedade a exigência do cumprimento da lei; a burocracia ataca como impertinentes todos os pedidos de esclarecimentos, e acolhe com hostilidade tôdas as discordâncias. Mas, por singular paradoxo, sempre que há mal que exceda as possibilidades locais do momento, exige-se pronto remédio para tudo, depois da simples exposição da dificuldade em telegrama breve, a pedir solução, telegráfica também, para o que reclama longas locubrações e é muitas vezes impossível de remediar.

Tempo houve em que pela concentração de poderes nas colónias, o regime dos Altos Comissários deixava o Terreiro do Paço na ignorância de tudo o que acontecia. Sabiam-se as cousas pelos jornais. Era um tempo santo para o funcionalismo; mas quando as contas começaram a chegar, verificou-se que, para a nação, não tinham corrido os dias tão amenos. E quando, em 1930, se apuraram as contas, verificou-se que nalguns pontos tinha êsse tempo sido verdadeiramente diabólico. É que há sempre duas partes distintas a considerar em qualquer obra do Govêrno, grande ou pequena: fazer e pagar. Permito-me não achar de grande vulto o trabalho dos que apenas sabem mandar fazer, bem ou mal, deixando aos outros o cuidado de pagar.

Está Portugal repartido por várias partes do mundo; os territórios que o constituem estão longe uns dos outros e sem ligação fácil; basta olhar para o mapa para se concluir que os plenos poderes serão fatalmente a dissolução e a anarquia. Sem direcção superior que coordene as actividades e as dirija, será tendência natural de cada colónia cerrar-se em si e, se supozer que isso lhe convém, opôr até os seus interêsses aos das outras. O egoísmo é a lei das nações. A breve trecho aparecerão rivalidades que na vida nacional se podem transmudar fàcilmente em fermentos de desagregação. O princípio da unidade, procurando a harmonia de todos os interêsses, exige a compenetração e conciliação de poderes, das autoridades ultramarinas e centrais, deixando a cada colónia o que em bom critério lhe pertença, tomando para a Metrópole o que fôr geral ou comum. A experiência já mostrou os perigos a que pode conduzir-nos a aplicação de doutrina diversa.

*

Ao lado dos que aí vão indicados — e que são os adversários maiores do verdadeiro espírito ultramarino, porque sacrificando-o a teorias ou preconceitos, arrastam as colónias para perigosos passos — outros existem, mas menores: os que tudo esperam das reformas dos serviços, como se o mal estivesse só na lei e não nos homens, como se bastasse aperfeiçoar aquela para que êstes melhorassem também; os que vivem na ansiedade de tudo fazer num dia, como se o tempo não fôsse dos maiores obreiros de tôdas as cousas grandes e não houvesse em tôdas as reformas, em holocausto à solidez, de se lhe atribuir uma parte larga; e sobretudo (e é grupo numeroso e incómodo) os que de pequeno melhoramento que os interessa esperam a salvação definitiva da obra colonial: e nada considerarão feito enquanto êle não estiver pronto. Pela acção dêstes algumas vezes tenho visto considerar como essencial à vida ou à economia de uma colónia, o que é secundário ou mesmo sem interêsse. Mas, com o favor de benévolos arautos, conseguem por vezes levantar tal alarido contra tudo o que não represente a realização do fim que têm em vista, que se tornam verdadeiramente incómodos e daninhos.

A Exposição Colonial é uma fórma activa de combate a tôdas estas fórmas de hostilidade à nossa actividade colonizadora. Mostra como, com pequenos meios, quási tôdas as Colónias, ajudando a metrópole, conseguiram fazer muito e, como, administrando-se dentro de certa harmonia de vistas, atingiram níveis de trabalho e de civilização quási à mesma altura; prova que, para as colocarmos no plano de ocupação e de desenvolvimento em que se encontram e que não perde no confronto com possessões estranhas, não foi preciso o emprêgo de grandes massas de capitais; e também revela que nunca faltou o capital necessário para o metódico prosseguimento da nossa tarefa. E êste é na verdade o ponto essencial.

Dêste modo se vê que a Exposição que àmanhã vai ser franqueada ao público, é o fruto de uma política de equilíbrio e de unidade.

As colónias figuram aqui não como indivíduos que isoladamente seguissem o caminho da sua ambição, mas como conjunto que harmònicamente tentamos desenvolver — o Império. Interessaram-nos antes os resultados globais obtidos do que os récords de uma ou de outra colónia. É por aqueles e não por êstes que uma obra civilizadora pode ser medida. E nós pretendemos atingir um nível geral e alto de trabalho e não realizar, neste ou naquele ponto isolado, qualquer pequeno prodígio de política indígena ou de técnica.

A Exposição pretende mostrar que o segrêdo dos nossos triunfos ultramarinos esteve sobretudo na arte que sempre tivemos de proporcionar os meios de que dispunhamos aos fins que procurávamos atingir e que o indígena é o nosso principal cuidado, hoje como nas épocas longínquas e gloriosas em que os nossos primeiros missionários levaram até ao último Oriente a palavra de Cristo e o nome português.

Dêste modo procurávamos cumprir três desígnios essenciais — sentimental um, político o segundo e económico o terceiro.

À sombra da nossa bandeira, no nobre solar europeu da nação, vindos de tôdas as Colónias, confraternizam hoje portugueses de tôdas as raças, na representação simbólica do que somos. Levarão daqui, na pureza do sentimento com que foram recebidos, a certeza do nosso amparo e do nosso interêsse pela sua existência.

Terão visto, nas cidades e campos que atravessaram, a serenidade da nossa vida e o seu progresso. A superioridade da nossa civilização impôr-se-lhes-há como uma evidência. Para as suas aldeias levarão o orgulho de pertencerem a esta comunidade. Ficarão mais perto de nós. No silêncio das imensas planícies africanas ou sob a verde sombra das florestas tropicais, na velha Índia, na China ou no fundo da Oceania, dilatado talvez pela fantasia e pela saüdade, tomará corpo a narrativa de tudo o que aqui viram — a opulência e a grandeza das cidades, a riqueza da gente, a densidade das multidões, a trepidação constante, as luzes, o ruído, a policromia das cousas, tudo o que na vida de hoje é clarão, clamor, ou agitação e que sendo para nós confuso turbilhão de que se foge, deslumbrará seu olhar, afeito apenas à virginal simplicidade da natureza. Com o afecto e a saüdade que levarem daqui, o amor e o orgulho de Portugal elevar-se-hão: o Império ganhará novas e activas fidelidades.

Em contrapartida tôda essa gente que de tão longe veio para se mostrar aqui, pela primeira vez dará ao nosso povo a noção exacta da sua vastidão na terra, das suas responsabilidades perante tantos milhões de seres que de nós esperam o fraternal amparo que para sempre os liberte da secular fraqueza em que vivem, das suas largas possibilidades e reservas no mundo. Nomes que andam na tradição popular e se repetem de cor, tomarão de repente fórma e significação.

Saímos vagarosamente de longa época de descrença e de apatia. O povo tinha perdido a fé em si próprio. Durante mais de um século ouviu falar apenas em direitos, reivindicações, liberdades — como se êsse fôsse o caminho da dignidade e da abundância. Esqueceu-se do que tinha e do que valia. A Exposição Colonial vem lembrar-lho. Ao mesmo tempo que pretende repô-lo no seu orgulho de velhas eras, quere restituí-lo à consciência dos seus deveres e das suas responsabilidades. Provando-lhe o que tem feito no mundo, servir-lhe-há de incitamento para novas emprezas.

Econòmicamente espero que — depois da cerrada política de estreitamento comercial que se tem posto em prática e cujos resultados estão à vista já na elevação nos

últimos anos conseguida das percentagens da importação portuguesa nas colónias — que a Exposição dê origem a novos laços de interêsses entre o Portugal d'Aquem e o d'Além Mar. A-pesar-de todos os esforços feitos — estas cousas só lentamente caminham — a indústria e o comércio nacionais têm ainda imenso campo de trabalho aberto à sua iniciativa e acção. Das colónias pode dizer-se o mesmo em relação à Metrópole. Não quero cansar-vos com números. Direi apenas que ainda há dias me foi possível formar sem esfôrço um grupo de cêrca de 300.000 contos de produtos importados pela Metrópole em 1932 — em que as compras ao Ultramar entravam apenas por 17.000, e podiam abranger tudo.

Aumenta a passos de gigante a nacionalização do comércio em certas das nossas colónias. Exigir que aumentasse simultâneamente em tôda a parte seria talvez pedir o impossível.

Citarei como o mais importante dos resultados obtidos o caso de Angola: em 1929, último ano do período de negócio intenso que se seguiu à guerra, colocou a indústria metropolitana naquela colónia 39 % do valor das suas importações; em 1930 desceu essa percentagem para 37 %; em 1931, publicada a lei das transferências que introduziu profundas modificações na pauta da colónia, as vendas nacionais subiram para 44 %; em 1932 fez-se a feira de amostras de Luanda e as vendas subiram para 48 %; em 1933 atingiram 55 %. Ainda um último esfôrço nesta subida e a metrópole terá atingido na colónia o máximo possível de vendas.

O comércio de Angola será pràticamente seu.

Julgo que a Exposição Colonial poderosamente concorrerá para êsse resultado.

*

Vem esta, Senhor Presidente da República, na lógica de uma política económica que no seu desenvolvimento procura servir-se de um conjunto de meios de acção que se completam. Não se isola na simples actividade legislativa — em cuja influência não confio inteiramente. Tenta ligar interêsses, convencer, afirmar possibilidades. Depois das leis reguladoras do sistema de transferências editadas para Angola, Moçambique e Timor, publicaram-se providências que, como os decretos 23.018 e 23.920 tentam estabelecer o quadro de uma economia imperial. Mas a seu lado e para que os resultados que tinhamos em vista alcançar não demorassem e não viessem anàrquicamente, fizeram-se as Feiras de Amostras de Luanda e de Lourenço Marques — que, pelo brilho e importância que revestiram, marcaram um movimento de decidida aproximação comercial. Tive então a fortuna de ver em Angola e Moçambique luzida missão de industriais portugueses, que de espírito aberto à compreensão das grandes necessidades da vida nacional, no estudo das possibilidades locais recolheram os elementos precisos para mais largos empreendimentos. Contemporâneamente realizaram-se Conferências Comerciais. A de Luanda sobretudo deixou um capital de estudos e de ideas que durante muito tempo poderá servir de guia a quem pretender embrenhar-se nos problemas da Colónia. Depois da Conferência dos Governadores de 1933 foram criadas, na seqüência do mesmo pensamento — para, dando carácter de permanência ao esfôrço feito, e não consentir na perda de uma polegada de terreno ganho servindo de base activa a maiores conquistas — as Casas da Metrópole em Lourenço Marques e Angola, as Casas do Ultramar em Lisboa e Pôrto. Confio em que, daqui a poucos meses, essa organização esteja de pé.

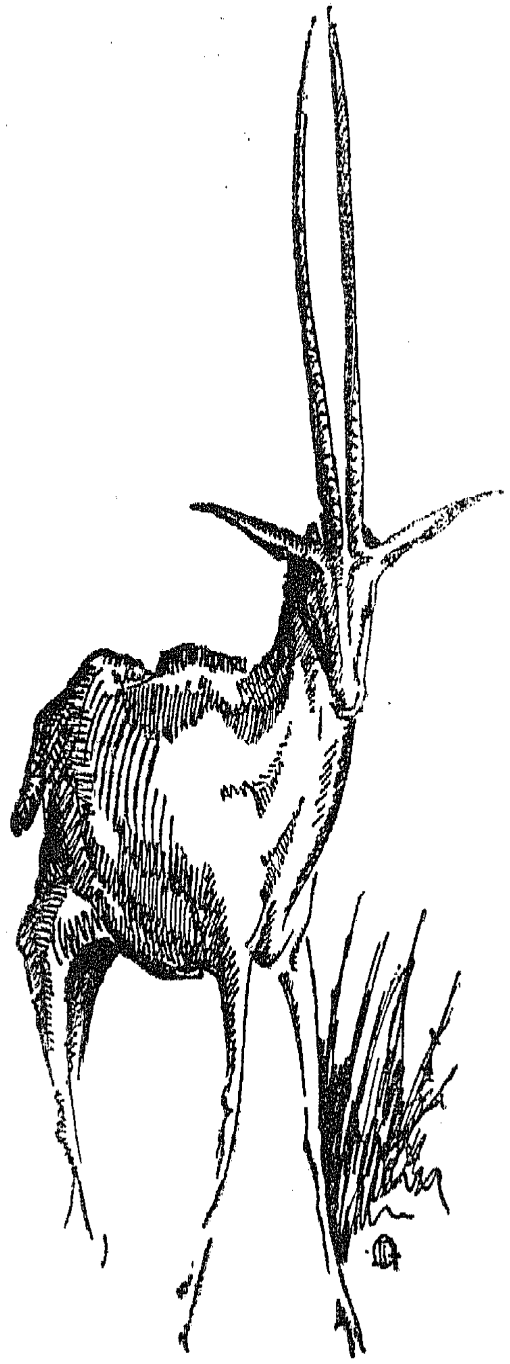
Foi dentro dêste ambiente de acção prática que surgiu no Pôrto a idea de realizar

aqui a primeira Exposição Colonial. O Ministério das Colónias acolheu-a com alvorôço. Ofereciam-se-lhe duas ordens de elementos de inexcedível valor: em primeiro lugar, para a realização, almas de portugueses antigos, pertinazes, experimentados na efectivação de iniciativas audaciosas, confiantes no futuro, certos do triunfo do seu desígnio magnífico.

Citar os seus nomes seria ferir talvez o sentimento de orgulho que legìtimamente podem ter por, em favor do país, haverem erguido a mais bela obra; os seus nomes estão na bôca e no coração de todos, nesta hora que devem considerar de imarcessível triunfo. Para êles vão as homenagens do Ministro das Colónias.

Depois ofereciam-lhe êste quadro sem par que é a cidade do Pôrto, reclinada—sôbre o Douro, à beira do mar, orgulhosa do passado, certa do futuro, franca e confiante em si, guardião das mais velhas e nobres virtudes lusitanas e, para mais, colocada no centro da região entre tôdas populosa com habitos de emigração, profundamente interessada nas emprezas ultramarinas e desejosa de nelas aumentar ainda o seu quinhão. Não podia desejar-se melhor.

Como hospedeiro magnificente, o Pôrto, solar da raça, abriu liberalmente, à moda antiga, as suas portas ao Império, que com o Infante pode dizer-se aqui nasceu, oferecendo-lhes o calor do seu coração, a graça e a formosura das suas mulheres, o perfume, o viço e a frescura dos seus jardins, as fantasias de oiro e púrpura dos poentes sôbre o Douro e sôbre o Atlântico e, mais do que isso tudo, o seu poder de trabalho e de organização, a sua vontade de bem fazer, o seu enternecido entusiasmo. Depois de dons tão preciosos só por feia traição das coisas podia esta festa, em que amorosamente se casam o passado e o futuro, faltar ao brilho que promete. Não faltará. Ao Pôrto terão as Colónias de guardar duradoura gratidão: o símbolo da aliança que hoje é selado aqui tem-no V. Ex.ª, Sr. Presidente da República, no grupo, pródigo de promessas, que o rodeia: — segurando nas suas generosas mãos as bandeiras que viram as conquistas e os mares longínquos, — colocou-se a mocidade à volta das colónias de braços erguidos, como que a fazer o juramento de as amar, de as engrandecer, de as servir sem limites.



ARTE INDÍGENA

IV

MOÇAMBIQUE

P O R
DIOGO DE MACEDO
ESCULTOR

São freqüentes as desavenças na tradição. Embora no fundo dêsses desacôrdos resida sempre um ponto firme de origem, em que êles se apoiem, muitas vezes as versões ramificam-se em desemelhantes legendas, para numa competição de melhores frutos, mais úteis lições se alcançarem. Contradizem-se, mas jámais se negam. Orientam-se os rumos em diferentes curvas, mas o ponto inicial e os fins desejados são os mesmos.

Sôbre as origens da escultura — por exemplo — além das formosas lendas baseadas nos sentimentos de coração e de sensibilidade predestinados à contemplação do belo e à descoberta do ignoto, uma das mais lògicamente fundadas é a de que a escultura nasceu dos cultos idolátricos — fatal fraqueza animal —, explicando por meio de imagens a luta das crenças e das superstições, que reclamam o objecto divino ou terrorista para topar apoio à adoração. Inconstantes e bárbaros, os primeiros homens houveram a necessidade da invenção contínua de diversos deuses, exacerbados ainda pelo desejo instintivo da criação de formas inéditas, para descobrirem a figuração concreta das suas utopias, a qual, por frouxidão de fantasia, não foi além das inspiradas pelos animais do seu conhecimento, e finalmente pela sua vida própria, ridícula e disforme tal e qual o destino os pôs no mundo.

Com os gregos inventaram-se histórias de paixão plástica, como essa do amor sentimental da lenda das filhas do oleiro de Sicyone, e a do amor sensual da lenda do mancebo, que vendo o corpo da amásia deitado na areia, tenta moldar-lhe as formas, cobrindo-a, e copiar-lhe a máscara na água reflectida, sentindo a volúpia de lhe apalpar todo o corpo aquecido pelo sol. Mas os movimentos da matrona cujo corpo tremia com cócegas, e a agitação das vagas na maré crescente, vieram destruir-lhe a obra que tanto o deslumbrara. É então que, por teimosia amorosa, acarretada a areia para longe da praia e misturada com a grêda que à mão houveram, os dois apaixonados combinaram o fabrico da escultura, ela servindo de modêlo e êle empregando o seu génio, com lúbrica paixão. A escultura, desde então, quedou a arte mais sensual de tôdas as artes, para castigo dêstes precoces folguedos.

Até aqui tôda a lenda é de amor; mas há-as muito mais antigas, e algumas de ferocidade.

Depois de criadas as necessidades decorativas dos enfeites ou dos objectos de uso vulgar, são os elementos e os astros que

sugerem novas expressões plásticas e simbólicas, das religiões que os homens conquistaram. Mas sempre as divindades se aproximavam da configuração racional dos sêres que os seus olhos viam cotidianamente, ou daqueles que, pela sua raridade, os deslumbrasse ainda mais.

Os escultores, por temperamento visuais e voluptuosos, definiam o subjectivismo das suas crenças em formas concretas e claras que os modêlos lhes patenteavam.

Assim, aparecem os ídolos personificando variados deuses, ora em aberrações plásticas ora em figurações complicadas, monstruosos uns, engenhosos os outros. Inventa-se tôda uma original fauna misteriosa de estátuas com sentido místico ou pagão. A seguir o homem passa a adorar o homem, e a idolatria ergue estátuas aos reis e aos príncipes, aos filósofos e aos profetas. Primeiro aos mortos e depois aos vivos. Com o aparecimento do cristianismo, desde o ano 45 da nossa era, quando em Roma se estabelece a cadeira pontifical, o culto passa a ser pelos mártires e pelos santos.

Um dia toca a vez também aos génios e às mulheres formosas. A heroicidade e a política, por seu turno, mereceram monumentos. Por último são as ideas, os grandes factos, as ambições, que justificam a idolatria dos nossos dias. Estatua-se a História e o Ideal. Como outróra se adoravam as figuras da Minerva ou de Venus, hoje veneram-se a da República ou a da Liberdade. Nada fará desaparecer do coração do homem a necessidade da idolatria. Há muitos séculos que Trismegistes dizia: «O homem precisa de viver eternamente nos seus sonhos — que são os seus êrros».

Foi sem dúvida a idolatria que desencadeou o sentimento plástico dos povos, e daí o verdadeiro desenvolvimento da escultura, cujas insipientes primícias se toparam na razão plasticizável da matéria, a argila, donde saiu, segundo é fama, o primeiro homem da História Santa, e no encanto primitivo e amoroso da olaria generosa das lendas.

▲

Atribue o judeu Philon o primeiro culto dos ídolos ao tempo de Enoch, que nasceu no ano do mundo de 622, baseando-se na documentação de outros hebreus seus antepassados e não menos notáveis. Desde então até hoje, jámais a fantasia humana sossegou convencida da *verdade única*, que lhe paralisasse o poder inventivo de moldar utopias ou sonhos, idolatrias ou ideações, em formas mais ou menos belas, caracterizadas segundo a índole das raças, do tempo e dos ambientes. Por mais que se neguem as tradições, se avance para uma ciência concreta e ilimitada de apuro, o homem não pode deixar de continuar o homem. De cada ídolo que se derruba, nasce um outro ídolo; de cada mentira que se destroe, brota uma nova mentira. É lógico e é racional. Enquanto o homem tiver um cérebro, há um descontentamento e uma ambição. Tem de destruir e tem de inventar. E como de tudo que constroe, o mais belo é o sonho, a verdade ficará sempre imperfeita em relação à mentira. A impossibilidade de conquistar a realidade tão grande como o sonho, fez que o homem pesquisando e desejando a verdade imaculada, sòmente atinja uma nova mentira de aparente perfeição.

De resto na hora em que o homem acabar de vez com a mentira — que é o sonho do infinito — desaparecerá o espírito e a razão eterna do próprio homem. A parte vegetativa, irracional, levar-nos-ia de novo ao estado primitivo, chimpanzé ou monstro, e, ou voltaríamos a ver nos astros os ídolos, ou ficaria todo o reino animal puro, o mais forte a perseguir o mais fraco, o rasteiro a odiar o voador, e o mundo sem qualquer utilidade. Seria o caos. Nem sequer ao paraizo voltaríamos, porque a terra ficaria retalhada. O dilúvio não purificou nada, porque as sementes que dêle se salvaram, frutificaram tal e qual como anteriormente.

Do fôgo também renasce a vida. E a vida tem tôda uma parte misteriosa, profunda e indesvendável, cheia de relatividades incompreensíveis, a que nós chamamos alma. Essa alma é o mistério; êsse mistério é o infinito; e êsse infinito é a mentira, a mais elevada criação do homem, por que é o inatingível, a razão de ser de todos os desejos e de tôdas as conquistas.

Louvemos, pois, a mentira, e respeitemos todos os ídolos que a têm querido defenir.

▲

Com Moçambique acontece o mesmo que com Angola: a variedade da sua escultura — ídolos ou objectos de uso —, é inumerável e complexa.

A crença e as caçadas, os jogos e as pelejas, os usos e as necessidades, motivaram um sem número de esculturações e ornamentos bizarros, numa multiformidade quási indiscritível. Do manipanço ao rabo da seta; do bastão rial aos vasos de uso caseiro, para o amendoim, o arroz, o tabaco; da máscara do bruxo ou bailador de batuque, às jóias de oiro e ferragens em que trabalham com pompa; dos torneados e objectos de missanga às cadeiras dos régulos, nas quais geralmente se historia a vida animal do gentio, desde o seu nascimento até à morte, com o *chôro* fatal da tradição; em tôda esta variada arte primitiva e defenida, o sentido diverge segundo o lugar ou os costumes, acidentando-se o gôsto como o próprio terreno, violento ou pitoresco, bárbaro ou amável, conforme o clima e a educação, cafreano no interior e alegre no litoral.

Os macondes, que furam os beiços e as narinas para lhes introduzirem rodelas ou arganeis de madeira, assim como os macuas e muchopes do Niassa e de Inhambane, tatuados a fôgo da nuca até ao umbigo, fatalmente que produzem uma arte mais vigorosa e inculta do que os moleques de Lourenço Marques, onde a civilização lhes simplificou já o gôsto, tornando mais decorativas tôdas as suas concepções.

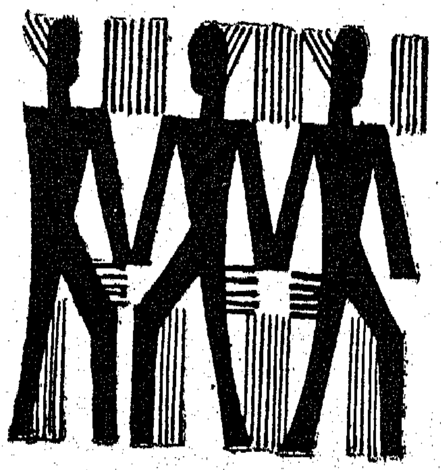
Os ídolos de Sofala e de Manica, são mais humanizados de fé; os dos majangas de Quelimane assemelham-se aos de Téte e aos de Gaza, com espírito belicoso e tendências para a idolatria astral; em Inhambane, onde há célebres tocadores de marimbas, a escultura é fabricada à navalha, com tatuagens feitas a serrote, sem outra preocupação que não seja a do passatempo; no Sabié, terra de batuques e bruxedos, os indunas também a fabricam à sombra das palhotas, mais supersticiosos e de aspecto pilar; porém onde essa arte dos feitiços e vida indígena atinge maior disciplina de orientação e de apuro, é na Zambézia, com torneiros habilidosos, enfeitadores de missanga colorida, talhadores de cachimbos, de mocas, de tronos, incrustando madrepérolas e metais luzentes, senão espelhos no meio dos ventres dos seus manipanços, dando-lhes o ar de relicários, nos quais espetam grandes pregos conforme os milagres obtidos, conseguindo sempre enfeitá-los com certo arranjo simpático. Aqui também os ourives são afamados, forjando colares, braceletes e argolas, que as mulheres adoram e os pretos usam em festas de maior devoção. Em Angoje e no Maputo, os escultores de animais, *monos* enormes de talhe sumário, também são dignos da nossa atenção, pela particular maneira de conservar essa arte monumental que só noutras tribus se desenvolveram até à alta preocupação de simbolizar o templo.

Mas como estes, todos os demais negros, da selva ou da vila, alimentam as suas tendências de plásticos, ora grotescas de expressão ora jeitosas de arranjo, bons observadores e fantasistas, caracterizando-se sobretudo pelas noções pagãs de demonstrar a vida animal do homem, e pelas argúcias da sua visão do ridículo, próprias das raças de menor cultura e tementes às suas crenças de pavor.

Enfim, pelas estampas que temos reproduzido e pelos cuidados que esta arte africana há tempos nos dá, podemos afirmar sem hesitação de maior, que bem mereciam as nossas províncias ultramarinas, essas colónias do Império que solidifica a metrópole que as descobriu, colonizou, cultivou e desenvolveu, possuír em Lisboa um raro Museu da sua arte, com bom arquivo fotográfico dos usos e costumes indígenas, desde Lourenço Marques a Cabo Verde, de Luanda às barreiras do Congo, não sendo descabido agrupar-se nessa utilitária galeria, amostras das nossas influências nas terras que perdemos, desde os bronzes do Benim aos tecidos do Senegal.

E do Oriente? Onde existe a galeria de Índia, Macau e Timor?...

Resta-nos, devido ao interêsse de particulares, exploradores ou coloniais, a colecção da Sociedade de Geografia, que no meio da nossa pobreza, algum orgulho ainda assim nos dá, ao mirarmos a riqueza que possuímos e que tão triste e desbaratadamente abandonamos a quem, com melhor adivinhação, a tem arrecadado.



«Grandes artistas, actores, pintores, músicos, etc., são indivíduos com a faculdade de se polarizarem no sentido das suas diferentes almas e reproduzirem, assim, todas as paixões, vícios e vontades. Êsses homens são, em geral, bons e maus, capazes de virtudes e cheios de vícios.»

GUERRA JUNQUEIRO

ARTE COLONIAL

MOÇAMBIQUE

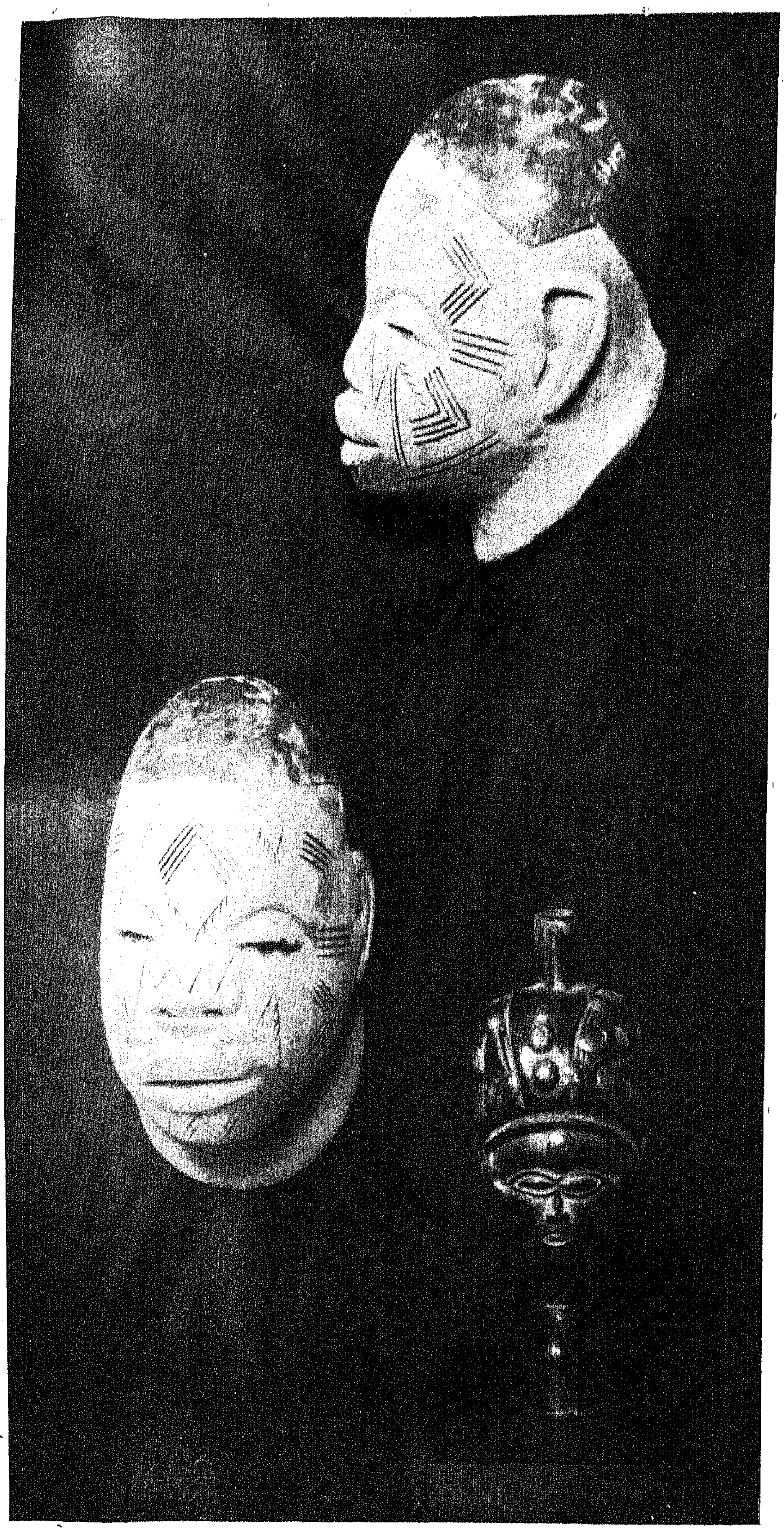
L E G E N D A S

ESCULTURAS DE MOÇAMBIQUE

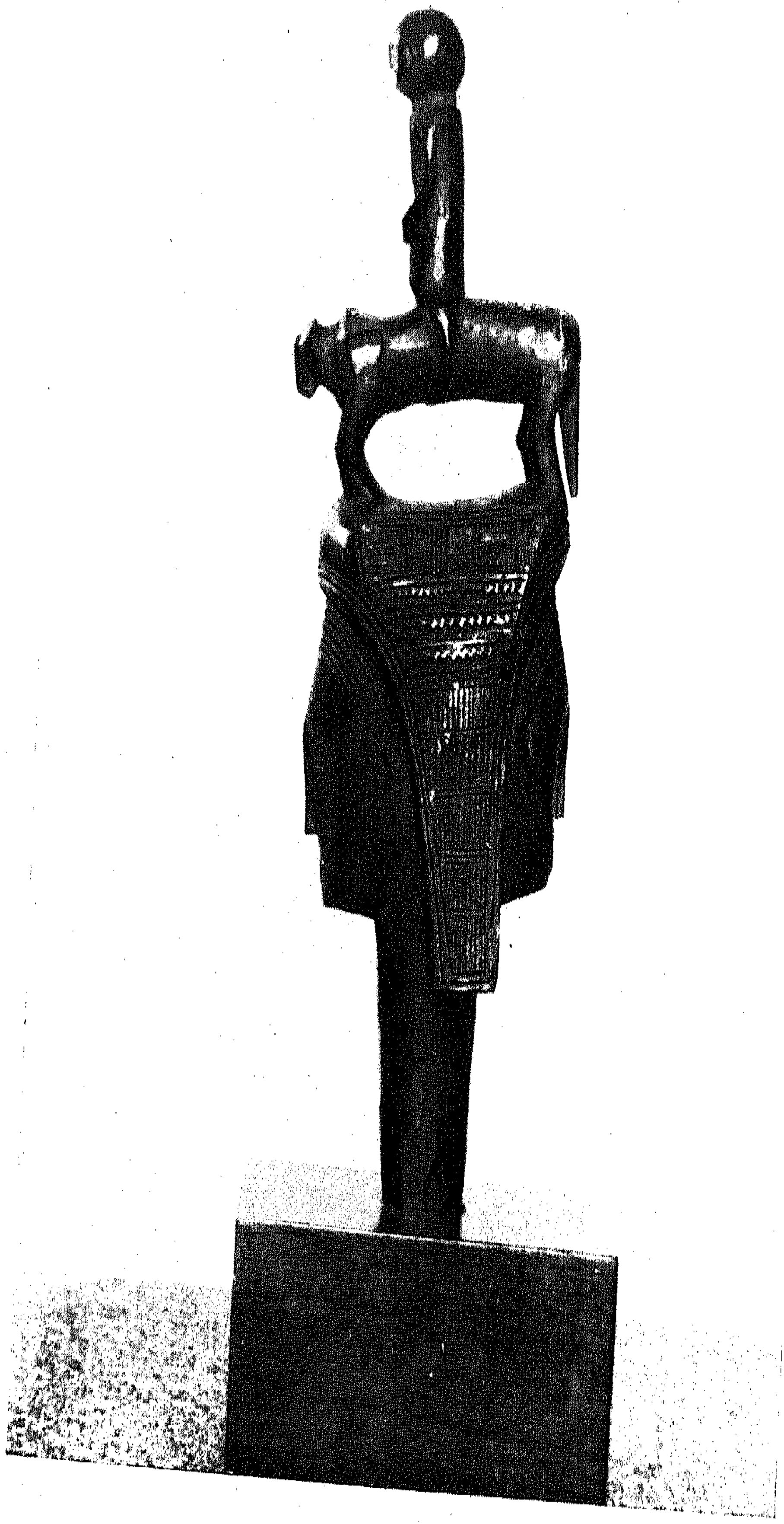
1 — Cabeças encarnadas e tatuadas a negro — Planalto de Macondes, Niassa
2 — Moca de bastão
3 — Máscara dupla com cavaleiro (perfil) — Sofala
4 — » » » » (frente) — »
5 — Gazela
6 — Ídolo — Gaza
7 — Ídolo da formusura — Zambézia
8 — Cétro
9 — Ídolos e manipanços numa tenda de africanista
10 — Perfil de bastão das tríbus «ronga»
11 — Busto de régulo — Lourenço Marques
12 — Moca de feiticeiro
13 — Busto de negro com olhos esmaltados (perfil) — Lourenço Marques
14 — » » » » » » (frente) — » »
15 — Ídolo da floresta macuana
16 — Guerreiro armado
17 — Cadeira, feitiço
18 — Friso de cadeira de soba

Fotografias de Mário Novais e de San Payo

As esculturas com o número 1 pertencem à col. de Julião Quintinha; número 5, à col. de Luiz Teixeira; números 15, 16 e 17, à col. da Sociedade de Geografia; e números 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14 e 18, à col. de Diogo de Macedo.

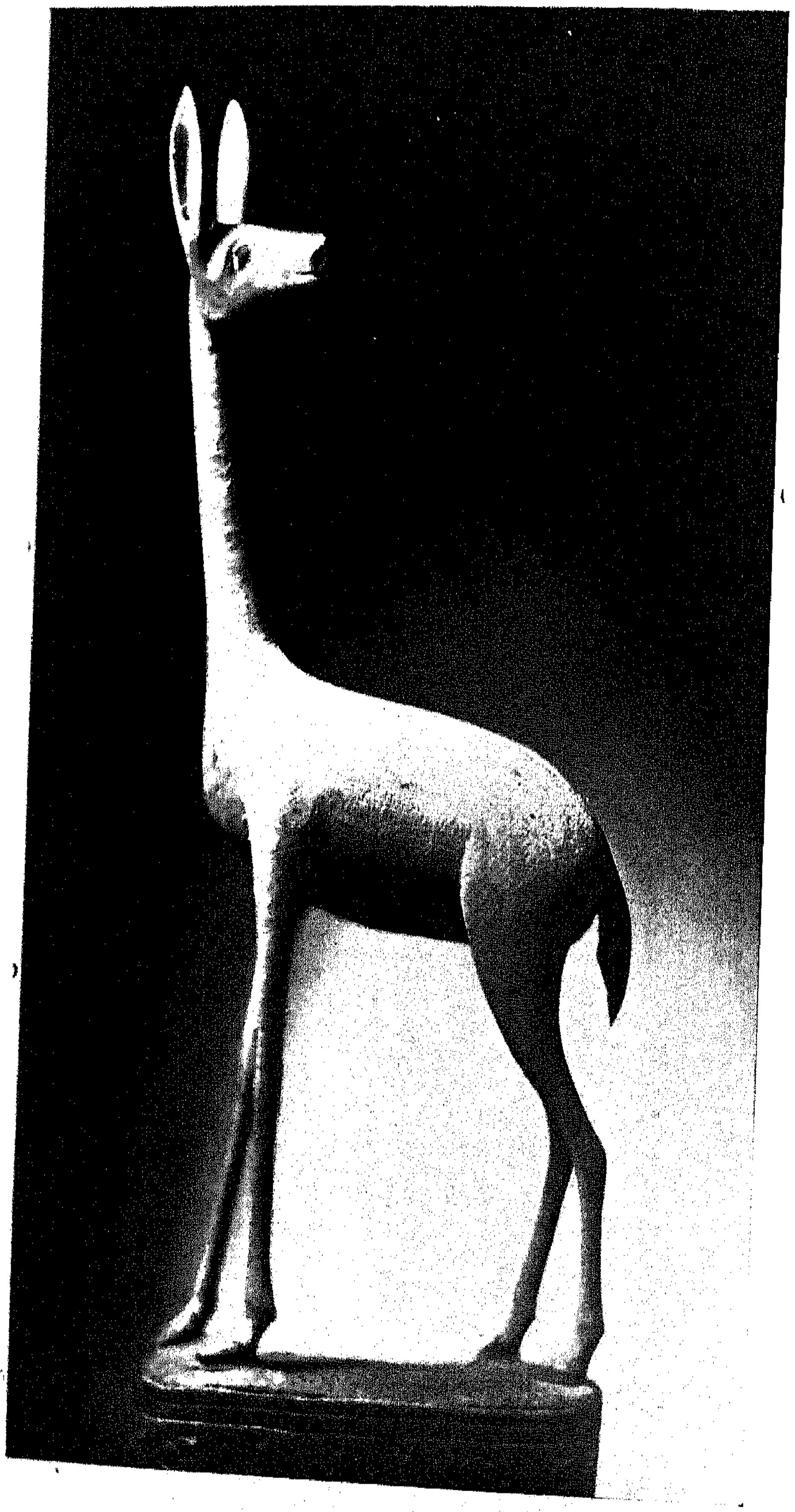


1 2

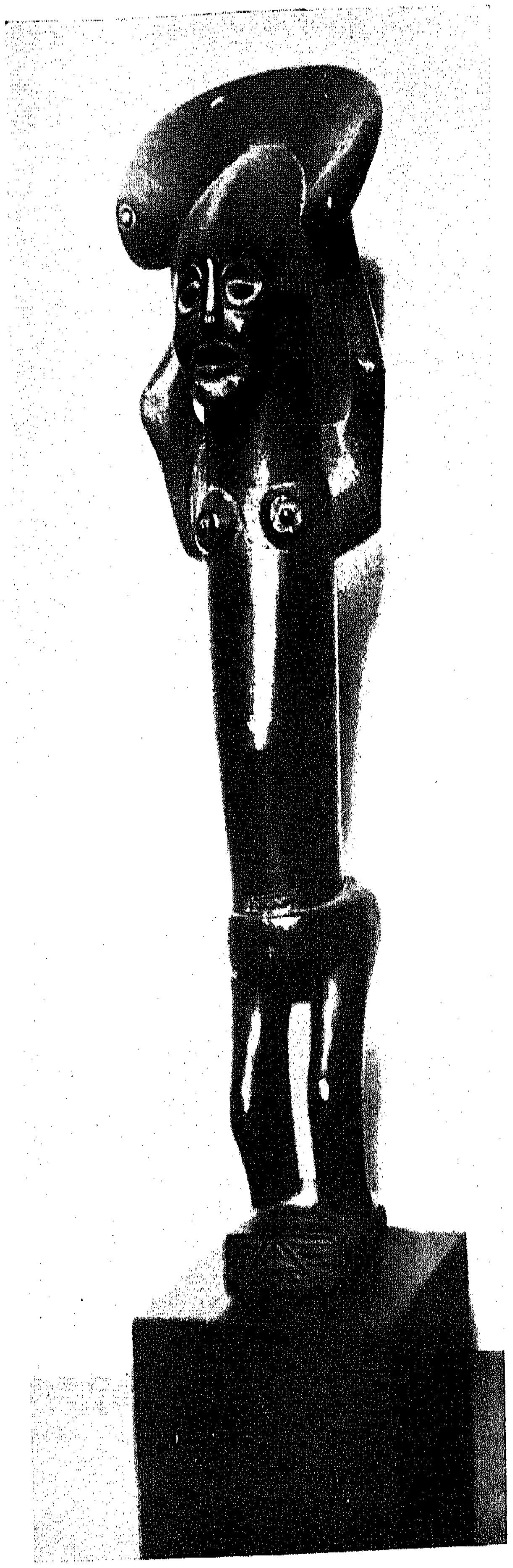


3

4



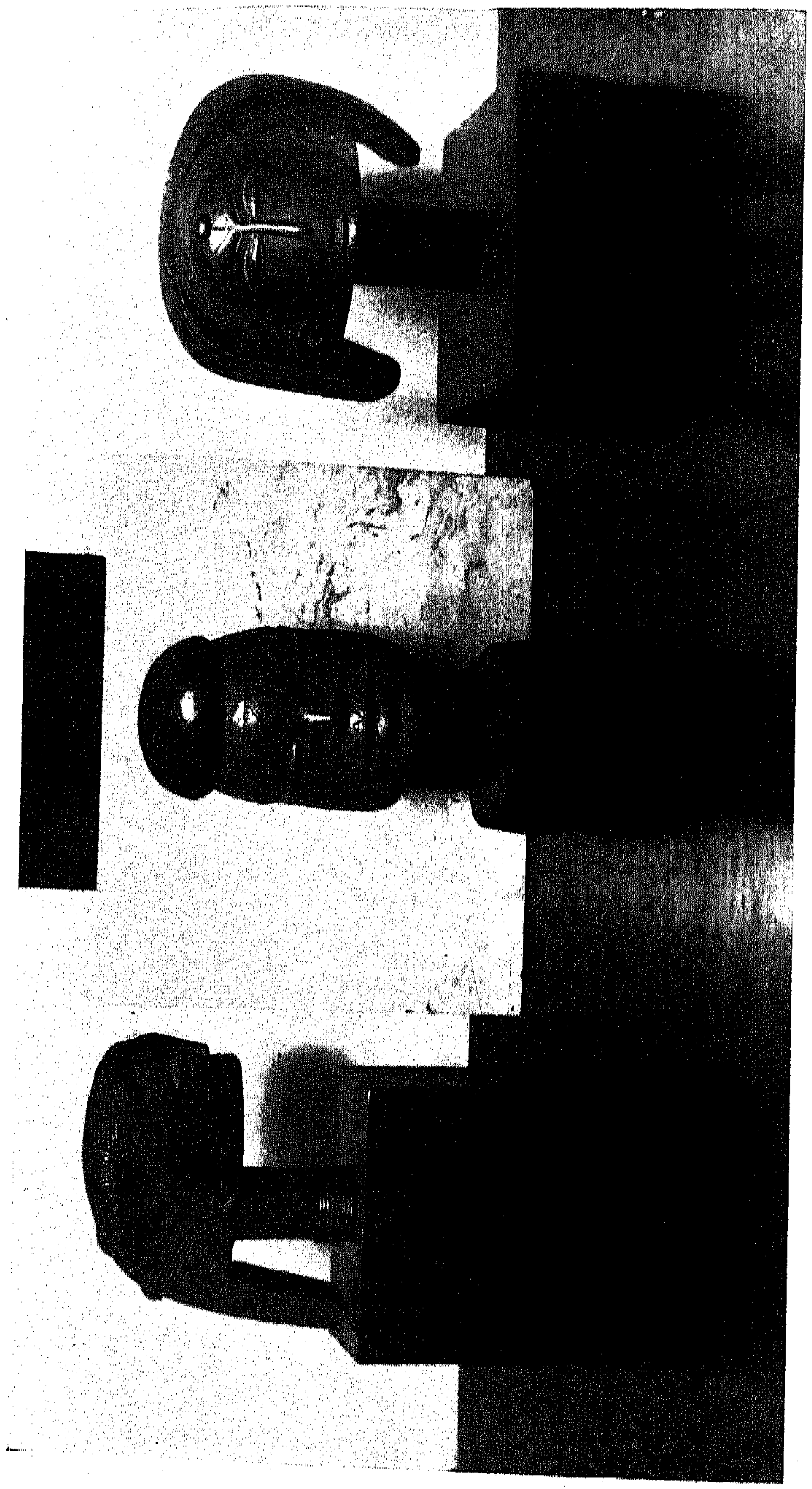
5



6

7

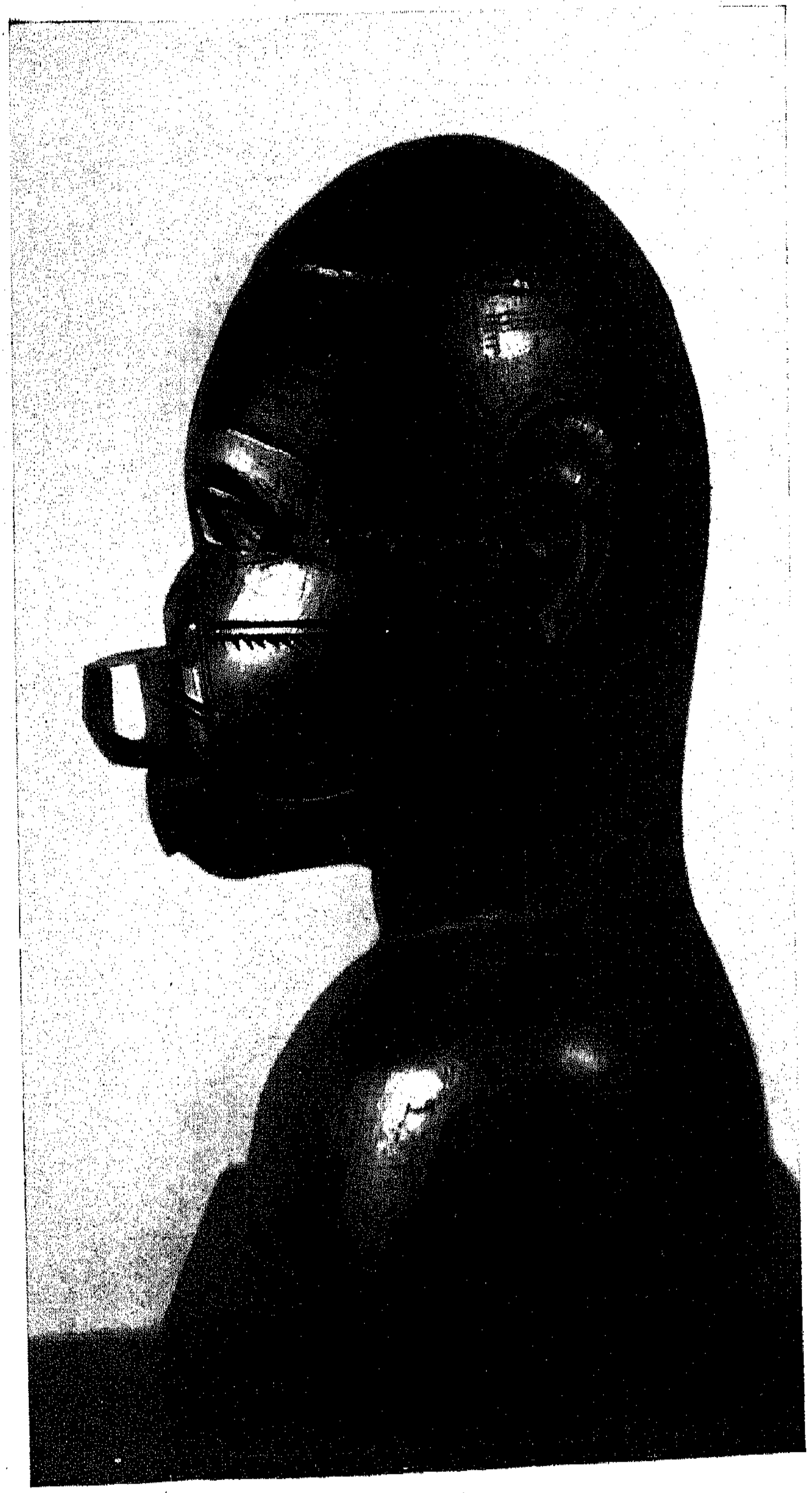
9



10

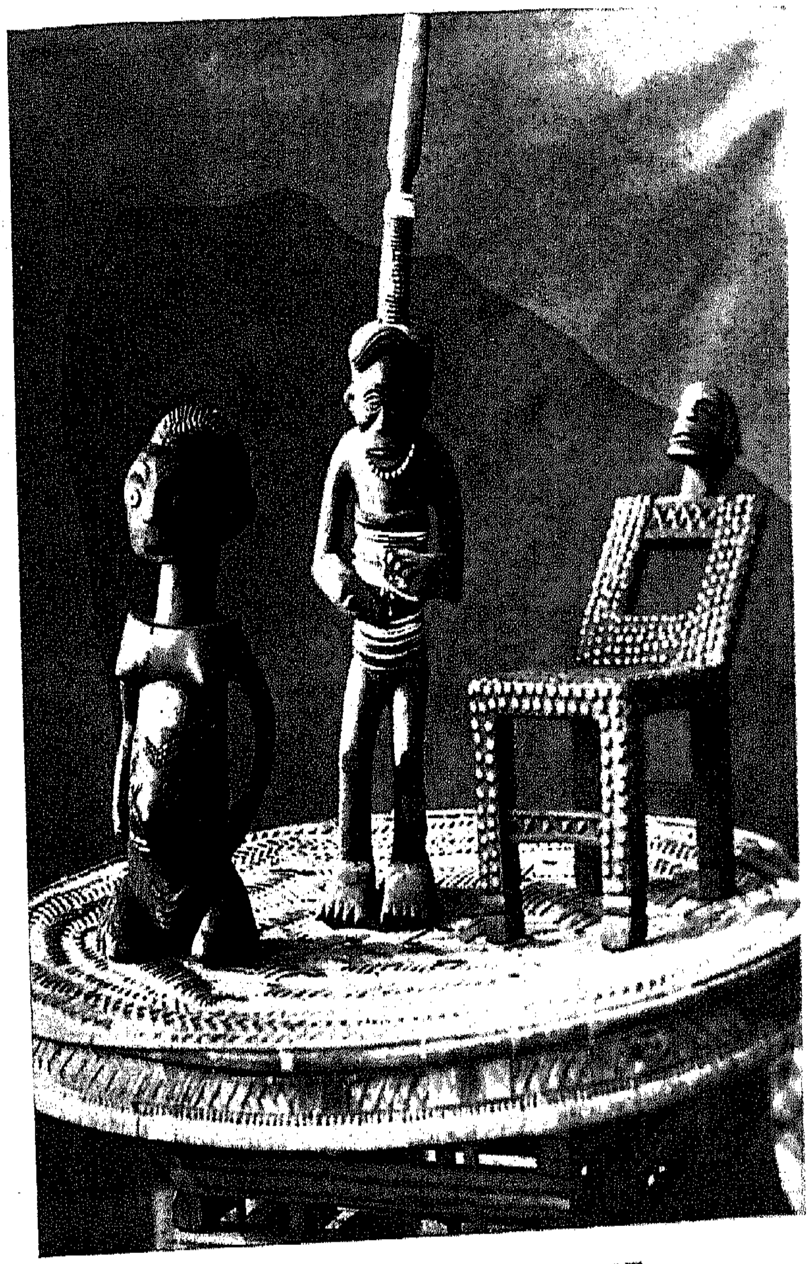
11

12

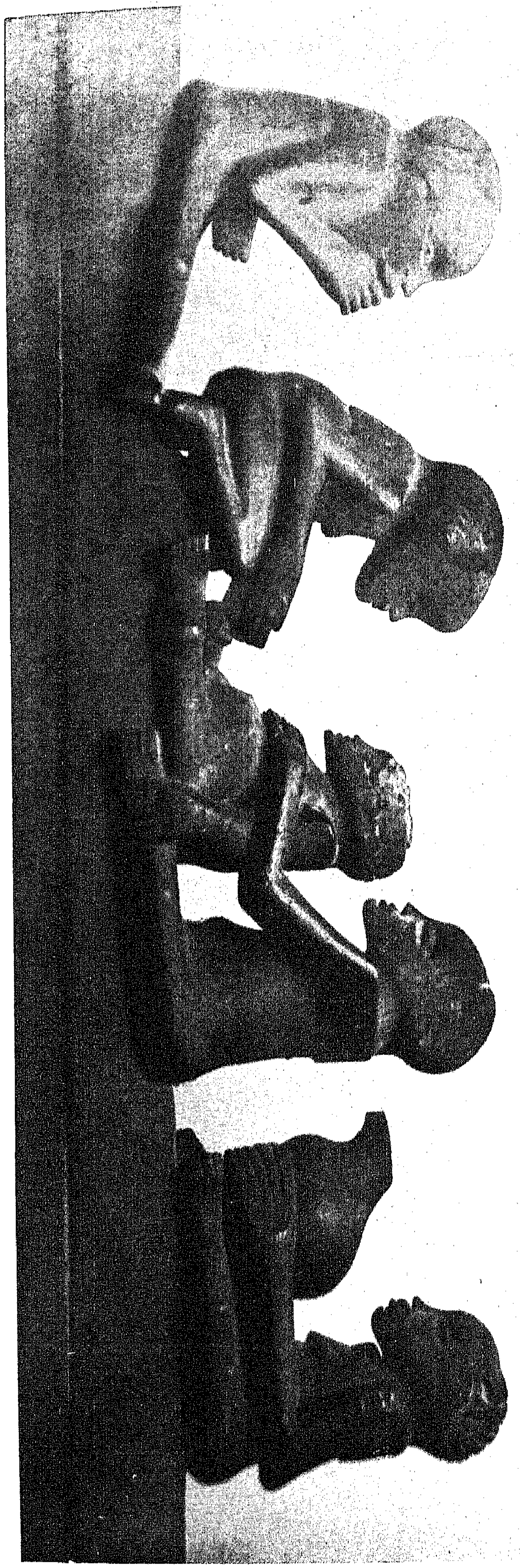


13

14



15 16 17



BARTOLOMEU DIAS

NA CIDADE DE LONDRES

PORQUE não soubemos até agora marcar no plano internacional a nossa primazia na Epopeia dos Descobrimentos, freqüentemente somos vítimas da ignorância estrangeira que sempre nos aprecia ao de leve quando escreve àcêrca das Navegações.

Todos ou quási todos os historiadores estrangeiros — e sem falar já em H. G. Wells que, tão leviana como impensadamente, considerou a nossa acção como descobridores e colonizadores — nos julgam numa posição subalterna em relação à Espanha.

Nos seus livros ou nos capítulos que nessas obras se referem à Idade Moderna, sempre os descobrimentos — que fizemos quási sòsinhos, e senhores de uma preparação e de uma cultura das coisas náuticas e geográficas que os espanhois nunca possuíram — são designados por *Descobertas dos Espanhois e Portugueses*.

Êste simples enunciado de matérias aparentemente sem intenção oculta é, entretanto, de facto, uma das manifestações da perseverante campanha que a Espanha vem fazendo há alguns anos a esta parte, no sentido de se apresentar como a iniciadora e orientadora do movimento de expansão extra-europeu, cujo mérito só a nós pertence.

Agora já os cientistas estrangeiros dão um melhor lugar à Espanha, que, na jornada dos Descobrimentos, teve realmente apenas um papel secundário, conforme o atesta a circunstância de tôdas as suas navegações importantes terem sido feitas por pilotos portugueses — Fernão de Magalhães — ou de educação portuguesa — Cristóvão Colombo.

Estas verificações desencorajantes para o brio nacional — que os nossos historiadores oficiais tanto se têm empenhado em comprometer — mais avigoram no nosso espírito a idea de que, nem mesmo naquilo em que indubitàvelmente, fomos maiores que todos, logramos hoje a aprovação consciente do mundo civilizado.

Circunstâncias felizes contrariam, por vezes, essa coalição de treva e má vontade com que, através da História, sempre temos lutado para impôr o nome português; factos inesperados, reveladores de quão profunda e formidável foi a nossa acção noutros tempos heróicos, consolam-nos de quando em vez da malevolência e da inércia dos nossos homens da História que, ou propositadamente nos apresentaram numa luz sombria de traficantes, ou por indolência ou ignorância não nos defenderam, mostrando-nos perante a consideração universal no plano a que tinhamos direito.

Assim, e a desmentir êsses derrotistas inertes ou êsses pseudo-historiadores de pechisbeque podemos apresentar hoje, estes outros, essa explêndida homenagem que nos foi prestada em Londres.

●

É a história de uma dessas homenagens consoladoras para nós a que vamos fazer em breves linhas:

A União Sul Africana construíu em Londres na praça de Trafalgar, — em que se homenageia Nelson o célebre marinheiro inglês — e uma das mais importantes do velho burgo britânico, um palácio magnífico a que deu o nome de «South Africa House».

A decoração exterior dêsse edifício destinado a conter tudo quanto à história da África do Sul disser respeito, foi sujeita a um concurso ao qual concorreram numerosos escultores e arquitectos.

De entre todos os concorrentes, e por decisão dos membros do júri Mr. Te Water, Sir Herbert Baker e Mr. George Klerck, foi dada a preferência em mérito absoluto ao original de um escultor sul africano até então desconhecido nos meios artísticos: Mr. L. C. Steynberg, que apresentava nem mais nem menos do que a maquete de uma estátua de Bartolomeu Dias, destinada a ter 9 pés de altura e a ser a mais importante decoração da «South Africa House».

Porque a primitiva idea fôra a de dar êsse lugar de honra a Jan van Riebeek — tanto que o próprio Alto Comissário Régio para a África do Sul chegou a propôr a sua estátua — e também porque Mr. Steynberg era, até essa ocasião, como dissemos, totalmente desconhecido, foi a maquete do jóvem escultor submetida à apreciação de Mr. W. Reid Dick, da Academia Rial, que, sem ter tido conhecimento da decisão anterior, se pronunciou igualmente, sem hesitar, por Mr. Steynberg.

●

A aprovação da maquete de Steynberg obrigou o júri a pôr em relêvo os direitos insofismáveis que mais do que ninguém, Bartolomeu Dias — o primeiro europeu que viu o Cabo Tormentoso e morreu nele — tinha a esta consagração, do que resultou finalmente ser encomendada a sua estátua ao referido escultor. A sua inauguração que se realizou no dia 31 de Maio passado foi motivo de uma cerimónia de comovido respeito a que o descerramento de três admiráveis painéis representando Bartolomeu Dias e Vasco da Gama não deve ter sido alheio.

É sem dúvida, singularmente agradável para nós, esta consagração da Descoberta de Bartolomeu Dias, que os nossos visinhos ingleses sósinhos planearam e executaram.

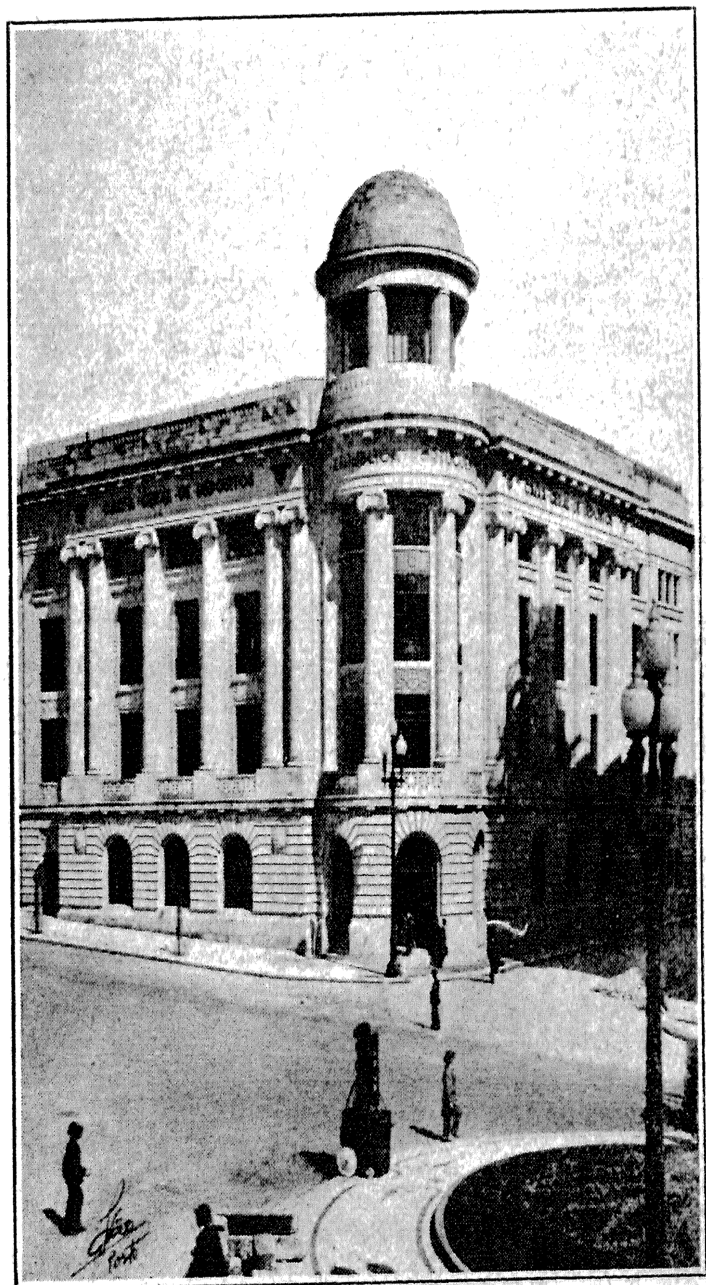
A União Sul Africana soube encontrar no sangue novo de um dos seus filhos, — cuja energia admirável todos nós conhecemos por homens como Cecil Rhodes — êsse respeito pela tradição, essa compreensão serena do mérito dos outros que a falta de respeito pela tradição que caracteriza os países novos não fazia suspeitar.

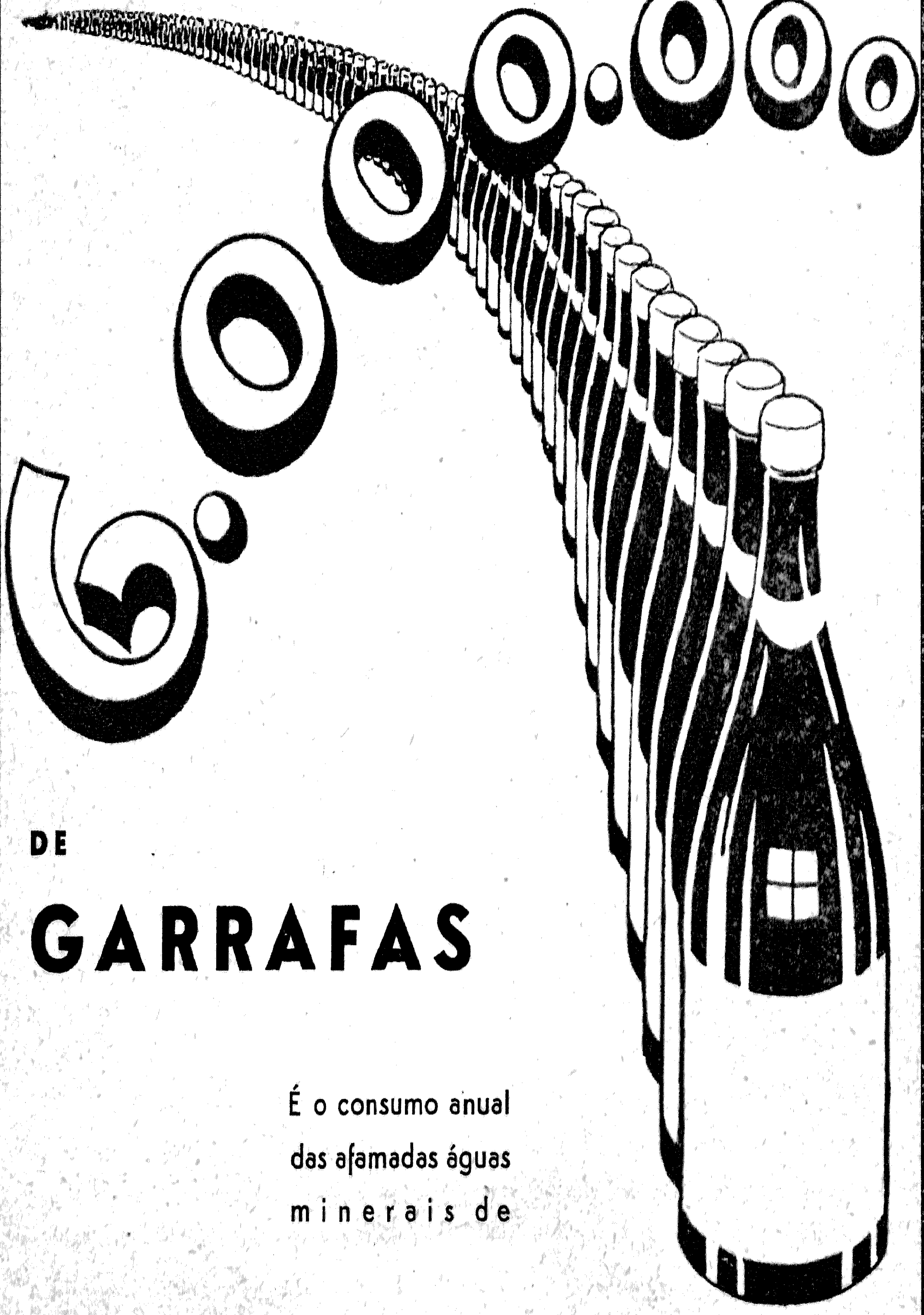
A estátua de Bartolomeu Dias, cuja fotografia os nossos leitores conhecem certamente dos jornais, é na verdade uma obra séria que reflete, não sòmente as qualidades admiráveis da figura que pretende incarnar, mas também a sobriedade singular de um escultor incipiente, que é já uma explêndida realidade.

F. ALVES DE AZEVEDO

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

O MUNDO PORTUGUÊS, dentro do seu plano de propaganda de tudo o que representa ressurgimento nacional, procurará dar nas suas páginas o merecido relêvo a todas as grandes obras e empreendimentos que dignifiquem o nome de Portugal. Apresenta assim aos seus leitores um aspecto do novo edifício da C. G. D. na Capital do Norte. É um verdadeiro monumento que pela sua imponente grandeza honra uma grande cidade e atesta o desenvolvimento da C. G. de D. que, pela sua inteligente e cuidadosa administração, é hoje um dos mais sólidos e prósperos estabelecimentos de crédito Nacional.





DE

GARRAFAS

É o consumo anual
das afamadas águas
minerais de

Vidago
Pedras Salgadas
Sabroso Melgaço

◆

À VENDA EM TODA A PARTE

ALGODOEIRA COLONIAL, LDA.

FÁBRICA DA AREOZA

FÁBRICA DO BOMFIM

FÁBRICA DE ERMEZINDE

FÁBRICA DA S.ª DA HORA

FÁBRICA PORTUENSE

FÁBRICA DE FRANCOS

FÁBRICA DE S. ROQUE

FÁBRICA ALIANÇA, LDA.

TECIDOS DE ALGODÃO

LISBOA	LUANDA	BENGUELA	NOVA LISBOA
Rua do Alecrim, 7	Caixa Postal, 15	Caixa Postal, 95	Caixa Postal, 99

TELEGRAMAS: ALGODOEIRA

O
GRANDE HOTEL
DO PORTO

é sempre
o preferido

Por todas as pessoas que visitam a capital do Norte

os armazens **GRANDELLA**

os mais antigos
os mais vastos
os mais importantes
os mais luxuosos

APRESENTAM SEMPRE DISTRIBUIDAS PELAS SUAS

7 2

SECÇÕES

TODOS OS ARTIGOS NECESSARIOS À VIDA

DESDE O MAIS MODESTO E BARATO, AO MAIS RICO E DISPENDIOSO

Barros & Santos

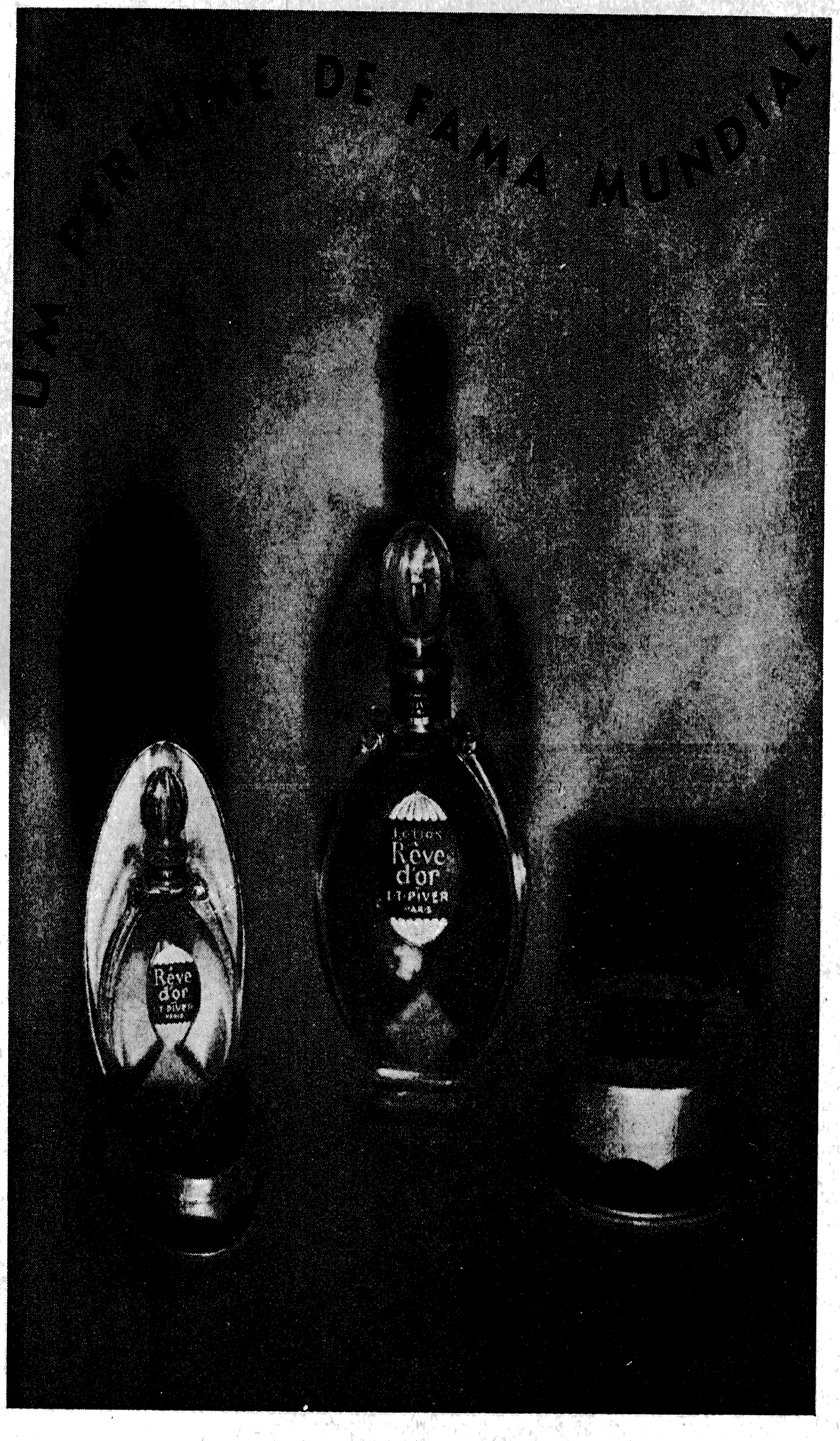
70 / RUA DO CARMO / 70

Camisas de rede meia manga p/ rapaz	10$00
Camisas de rede inglesa meia manga	12$50
Camisas de rede meia manga para homem, nas côres Branco, Azul e Creme	15$00
A mesma qualidade com mangas . .	16$50
Camisas de rede inglesa meia manga	18$00
A mesma qualidade com mangas . .	20$00

LUVAS, MALAS, SEDAS, FATOS DE BANHO

SORTIDO COMPLETO — MODELOS NOVIDADE

RÊVE D'OR



L. T. PIVER

SE V. EX.ª TEM A PELE NORMAL USE OS PRODUTOS

RAINHA DA HUNGRIA

SE ELA É OLEOSA USE

O L Y

SE TEM OS POROS DILATADOS USE

ROSIPOR

E FICARÁ MARAVILHOSAMENTE

B E L A

ACADEMIA CIENTÍFICA DE BELEZA

M.ME CAMPOS, LDA. AV. DA LIBERDADE, 35

Deixe-se de drogas... VEROX

Carne líquida toma-se por gôsto e fortifica.

Compre um frasco ainda hoje em qualquer mercearia.

Representantes exclusivos

Estabelecimentos Jerónimo Martins & Filho

13, Rua Garrett, 23 - Lisboa

COURAÇA apresenta

A SUA SERIE DE PERFUMARIA FINA

B E L K I S S

PERFUME / LOÇÃO / SABONETE / PÓ D'ARROZ / ROUGE

M. B. B. TEIXEIRA LDA.

RUA DE SAN'TANA Á LAPA, 44 - LISBOA

OPEL - BLITZ

JOSÉ MÁRIO CLEMENTE DA COSTA

TELEGRAMAS: ACESSÓRIOS VISEU TELEFONE 85

ARMAZEM DE CABEDAIS

DE NUNO DOS SANTOS FERREIRA & C.ª

Solas dos melhores fabricantes. Sortido completo e variado de tôdas as qualidades de Cabedais. Todos os artigos próprios para calçado desde o mais modesto ao mais luxuoso. VENDAS POR JUNTO E A RETALHO / RUA DIREITA / VISEU / TELEFONE 29

PENSÃO VOUZELENSE

DE MANUEL RIBEIRO

BONS QUARTOS ÓTIMO TRATAMENTO

LARGO DA ESTAÇÃO // VISEU

ARMAZEM DE MIUDESAS

Malhas, Brinquedos e Quinquilherias / Depositários das perfumarias Nally, Benamor e outras. Produtos «Coração» e Calçado de borracha / Correspondentes da casa bancária do Pôrto, SOUSA, CRUZ & C.ª LIMITADA

IDÁLIO MERINO & C.ª / PRAÇA DE CAMÕES / VISEU / TELEFONE 40

ARMAZENS DA RUA DA PAZ (NOME REGISTADO)

JULIO FRANCISCO DA SILVA

Pianos inglezes e alemães, novos e usados / Depósito de candieiros, Fogões, Lanternas e de tôdas as peças e acessórios pertencentes à secção de candieiros da Vacuum Oil Company Inc. Mobilias para quartos, salas de jantar e de visita, Papéis Pintados, Vitraux, Cofres, Espelhos, Vidros Granitados e Lisos em Côres, Mosaicos, Cristais e pára-brises para automóveis, etc. etc. TELEFONE 62 / RUAS DA PAZ E COMBATENTES DA GRANDE GUERRA / VISEU

GARAGE LOPES

AGÊNCIA EM VISEU // RUA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL

ACESSÓRIOS E REPARAÇÕES EM AUTOMÓVEIS

Viseu

A LIVRARIA RODRIGUES

RUA DO OURO, 186-198 — LISBOA

APRESENTA

A CRÍTICA QUE O JORNAL «**COMÉRCIO DO PORTO**» DE 26 DE AGOSTO DE 1933 PUBLICOU DO LIVRO

"VISÕES DA CHINA"

DO COMANDANTE JAIME DO INSO

«A visão da China, estonteante e embriagadora, pitoresca e exótica, é-nos transmitida fiel e belissimamente no recente trabalho do Sr. Comandante Jaime do Inso.

Ler o livro «**Visões da China**», é *sentirmos* a sua própria alma, é *vivermos* a sua própria vida, é auscultarmos a pulsação da sua vitalidade.

Todo o cortejo bizarro e complexo da sua vida, todo o colorido estranho do seu ambiente, tôda a característica das suas figuras e dos costumes, tôda a verdade flagrante do seu meio — ambiente — passa e freme nêste livro adorável que a pena expressiva e sugestiva dum escritor de eleição faz passar ante o milagre dos nossos olhos, como um filme a desbobinar-se em interêsse, beleza e pitoresco.

Poucos são os livros portuguêses que nos falam do Oriente — que trazem até nós, numa imponderável nuvem de encantamento, numa misteriosa onda de exotismo, o perfume penetrante e exquisito dessa China que tem tanto de sibilina e tumultuária como de bela e característica.

Mas nêste livro precioso não é só êsse paiz de fantasia e mágica que passa em páginas cheias de ritmo e relêvo; também o seu aspecto social, o seu panorama político e económico, ali se expõem, se comentam e se analisam com critério e cultura.

O requintado espírito de observação do autor tem longas ensanchas de se expandir nêste belo livro, que tem ainda a animá-lo um grande sentimento patriótico — e que nasce : : : : : das palavras que dedica a Macau» : : : : :

VISÕES DA CHINA

CASA DE GUIMARÃES

ANTIGO ESTANCO RIAL

RECOMENDA ÁS DONAS DE CASA OS FAQUEIROS, FACAS E OUTROS ARTIGOS DE CORTE DE AÇO-CROMO. NÃO ENFERRUJAM NEM MANCHAM

VISEU

É O ASSEIO E ECONOMIA em casa, sobretudo para as regiões da beira-mar

ESTA CASA É ESPECIALISADA EM CUTELARIAS, FERRAMENTAS E ARTIGOS DE COSINHA PREÇOS FIXOS

ATENDE A ENCOMENDAS PELO CORREIO CONTRA REEMBOLSO

AUXILIEM A INDÚSTRIA PORTUGUESA

Casa Africana

É correspondente do Banco Lisboa e Açores e da Comp.ª de Seguros **Fidelidade.** É conhecida em todos os **cantinhos d'Africa** por ser a única casa exportadora para as Colónias. Armazem e estabelecimento de modas e fazendas de novidade. O melhor sortido em fatos

RUA DO COMÉRCIO
TELEFONE **26**
VISEU

O PROPRIETÁRIO
FIRMINO MACHADO DA SILVA

Banco Agrícola e Industrial VISIENSE

VISEU
RUA FORMOSA, 82 E 84
FUNDADA EM 1867

EMPRÉSTIMOS:
Descontos, empréstimos por hipotecas e contas caucionadas

DEPÓSITOS:
à Ordem, a Prazo e Caixa Económica

GRANDE HOTEL AVENIDA

RUA MIGUEL BOMBARDA
(Frente ao Rossio)
O Proprietário JOÃO MATOS

Este hotel situado no ponto mais central da cidade, tem magnificos quartos, casa de banho e oferece as maiores comodidades por preços muito limitados.

Recomendado pelo Automovel Club de : : : : Portugal : : : :
TELEFONE 130
VISEU
(PORTUGAL)

CONSTRUTORA VISIENSE

DE: MANUEL D'ALMEIDA LOPES
Construtor Civil Diplomado

Fábrica de Serração, Moagem, Carpintaria Mecânica e Lagar de Azeite.

AGUIEIRA - VISEU
TELEFONE **169**
FÁBRICA DE SERRAÇÃO E : : : CERAMICA EM : : :
OLIVEIRA DE BARREIROS

JOÃO DA COSTA FARO

JUNTO AO CAMPO DE VIRIATO

//

Serração e Carpintaria Mecânica, Madeiras de Construção e Aparelhadas em Solho, Fôrro, etc. Esquadrias diversas, Molduras, Lambrins, Armações, Mobiliário, etc.

PREÇOS MÓDICOS

//

TELEFONE 255
VISEU

ABRANCHES & C.ª, LIMITADA

SERRAÇÃO E MOAGEM

MADEIRAS PARA CONSTRUÇÕES E EXPORTAÇÃO

ESTRADA DE MANGUALDE
VISEU

ANTÓNIO DA SILVA

FÁBRICA DE GUARDA-SOES

CHAPELARIA
PARA HOMEM

//

PRAÇA DE CAMÕES
VISEU

VISEU

Viseu Industrial Limitada

Agentes do cimento "SECIL"

Telefone 74

Serração
Carpintaria
Marcenaria
Serralharia
Construção Civil
Cimento Armado

AVENIDA ALBERTO SAMPAIO

VISEU

Padarias da Beira Limitada

Panificação
Sistema mecânico
Cereais e Farinhas

Telegramas
PADARIAS BEIRA
Telefone 36

SEDE: AVENIDA E. NAVARRO

CONFEITARIA OLIMPIO SANTA RITA, SUC.

Especialidade em Doce d'Ovos e Pastelaria
:: Armazem de mercearia por atacado ::

ALBERTO RODRIGUES

Tabacos de A TABAQUEIRA

Agente da C.ª de Seguros BONANÇA

Correspondente de BORGES & IRMÃO / PORTO

297-R. DIREITA-305 TELEFONE 32

VISEU

LOJA DO SOL

TELEFONE 269 / ESTABELECIMENTO DE FAZENDAS, MODAS E MIUDEZAS :: ::

A casa que melhor sortido tem e mais barato vende / Sempre artigos de novidade

TINTA RAPOSA / a marca que predomina / 44 côres para tingir a quente e 40 côres para tingir a frio

RENOVATOR / Preparado moderno para tingir todos os artigos de cabedal ::

NECETIN / Qualquer pessoa pode lavar em casa os seus fatos tirando-lhe tôdas as nódoas, apenas por 5$00

44-Rua do Comércio-48/VISEU

A PEROLA VISIENSE

ARMAZEM DE MERCEARIA E AZEITES

DE

ALMEIDA & C.ª, LDA.

VENDAS POR JUNTO E RETALHO

ESPECIALIDADE EM AZEITES FINOS E DE CONSUMO

TELEFONE 200

Rua Direita, 228-232 / VISEU

JAIME DE DEUS LEITE

Drogaria, Ferragens e Mercearia / Ferramentas para oficios, Pás d'aço e Tesouras :: :: :: de poda :: :: ::

CHUMBO E ESTANHO / VIDRARIA

Tintas, Vernizes, Oleos e todos os pertences p/ pintura, Petrólio e muitos outros artigos

AV. NAVARRO TELEFONE 87

VISEU

Mercearia Vouga

DE

Nunes & Correia

Completo sortido em Arroz, Bacalhau, Açúcar, Massas nacionais e estrangeiras, Farinhas alimentícias, etc.

Especialidade em Chá, Café, Azeite e Vinho fino

88, RUA DO COMERCIO, 90

VISEU

Aliança Industrial

DAS

Beiras, Limitada

TELEFONE NÚMERO NOVENTA E CINCO

FÁBRICA DE: Serração Carpintaria Marcenaria Madeiras Nacionais e Estrangeiras

LARGO DA ESTAÇÃO

VISEU

BANCO DE ANGOLA

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

EMISSOR DA COLÓNIA DE ANGOLA

CÓDIGOS:
PETERSON'S (2.ª ED.)
GUEDES
A. B. C. (5.TH EDITION)

SÉDE EM LISBOA
RUA DA PRATA, 10 A 22

ENDERÊÇO TELEGRÁFICO
ALDARO
DEPENDENCIAS:
FILIAL EM LUANDA

AGÊNCIAS: Benguela, Boma (Congo Belga), Cabinda, Leopoldville (Congo Belga., Lobito, Malange, Mossâmedes, Nova Lisboa, Novo Redondo, Sá da Bandeira, Santo António do Zaire, Vila Luso, Vila Silva Pôrto.

CAMINHO DE FERRO

Ligações da Katanga com a Europa. A mais curta estrada para a África Central.

Distância via Lobito comparada com via Beira: Distância a favor da via Lobito: 578 milhas por terra e 2.955 por mar. Total 3.553 milhas.

Distância via Lobito comparada com via Cape Town: Distância a favor da via Lobito: 1.269 milhas por terra e 1.450 por mar. Total 2.719 milhas.

SÉDE EM LISBOA: LARGO DO QUINTELA, 3

DE BENGUELA / LOBITO

COMPANHIA PORTUGUESA

DE FORNOS ELECTRICOS

ESCRITÓRIO EM LISBOA

LARGO DO DIRECTÓRIO, 4, 2.º

Telegramas: ELECTROORNOS

TELEFONE 25343

FÁBRICA DE

CARBONETO DE CÁLCIO

CANAS DE SENHORÍM

Estação: Canas-Felgueiras